

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**A Pandemia de COVID-19 e a Desigualdade:
O Papel do Associativismo Sociocultural
no Combate à Desigualdade Social**

Filipa da Silva Pina

2022

Dissertação orientada pela Professora Doutora Ana Cristina Ferreira
Mendes, especialmente elaborada para a obtenção de grau de Mestre em
Cultura e Comunicação

AGRADECIMENTOS

O meu profundo agradecimento à Professora Doutora Ana Cristina Ferreira Mendes, pela disponibilidade, atenção, presença, esclarecimento de dúvidas, sugestões e orientação académica sempre com grande amabilidade.

Obrigada à equipa da cooperativa Sou Largo, pela colaboração, prontidão e pelo carinho com que também acolheram a escolha do tema da dissertação e pelo belíssimo trabalho que fazem em prol da comunidade.

Obrigada à Professora Doutora Sofia Frade e ao Professor Doutor Nelson Pinheiro, pela monitorização e pelo feedback atencioso que ofereceram ao longo do Seminário de Investigação.

Agradeço também à minha família, aos meus amigos e ao Rodrigo, pelo apoio e compreensão com que sempre aceitaram a minha indisponibilidade esporádica, devido a estar a trabalhar na dissertação.

RESUMO

A presente dissertação parte do impacto que a pandemia de Covid-19 causou na sociedade, com especial atenção dada ao setor da cultura e analisa a problemática da desigualdade social, presente em época de normalidade e agora exacerbada pela pandemia. A investigação foca-se na importância do associativismo sociocultural na comunidade, bem como a sua contribuição enquanto instrumento de combate à desigualdade. Para tal, além da investigação teórica, foi também realizado um estudo de caso sobre o Bairro em Festa – uma iniciativa organizada pela cooperativa Sou Largo – através do qual se concluiu que o combate à desigualdade pode também ser feito através da cultura e da arte.

ABSTRACT

The two main topics present in this dissertation are: a) how the COVID-19 pandemic impacted society (in different aspects, including how it also contributed to inequality and how it affected the culture sector) and b) the role collective cooperation can have against social inequality through local action and practice. A case study was conducted in order to investigate and understand how Sou Largo – a cooperative formed by collective cooperation – can act as a tool to diminish the consequences of inequality through the culture sector and through their arts festival Bairro em Festa.

PALAVRAS-CHAVE:

Pandemia; Associativismo; Desigualdade; Cultura; Sociocultural; COVID-19; Sou Largo; Bairro em Festa

ÍNDICE

Capítulo I

Introdução.....	1
-----------------	---

Capítulo II

Sociedade sob pandemia: impactos	10
O setor cultural durante a pandemia: presença e ausência.....	18

Capítulo III

O que é o associativismo?.....	23
A importância do associativismo.....	28

Capítulo IV

Estudo de caso Bairro em Festa: Sou Largo.....	34
Estudo de caso Bairro em Festa: O que é?.....	37
Estudo de caso Bairro em Festa: Adaptação à pandemia.....	40
Estudo de caso Bairro em Festa: A cultura pertence a todos.....	45
Estudo de caso Bairro em Festa: Entrevista Sou Largo.....	49

Capítulo V

Conclusão.....	53
Bibliografia.....	61
Anexos.....	69

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

2020 foi um ano atípico. O mundo foi surpreendido pela pandemia de COVID-19. A doença espalhou-se a uma escala global, forçando a paragem de várias atividades, hábitos e costumes da sociedade, nomeadamente aqueles que se realizavam de modo presencial e em grupo. Foram vários os setores afetados, principalmente o setor da cultura, da educação, da saúde, da restauração e do turismo. Setores esses que, no fundo, de um modo ou de outro, compõem também o setor da economia. Milhares de pessoas, em todo o mundo, perderam os seus empregos, resultando no agravamento da situação financeira a nível pessoal, e económica a nível nacional e mundial. Vidas estáveis transformaram-se em incertezas sobre a capacidade de sobreviver. A pandemia veio cavar, ainda mais fundo, o fosso de desigualdades sociais já existentes.

Tendo como base o panorama social atual, o tema geral da presente dissertação aborda as desigualdades sociais exacerbadas pela pandemia de COVID-19. A questão a investigar centra-se no papel que o associativismo pode ter no combate à desigualdade, com especial foco no *Bairro em Festa*, uma iniciativa sociocultural da cooperativa Sou Largo, e a sua respetiva adaptação ao contexto pandémico. A desigualdade social tem várias facetas e pode ser abordada em vários âmbitos – racial, étnico, de género, orientação sexual, etc. Porém, no contexto desta dissertação, o foco principal é na desigualdade entre classes sociais. O termo “interseccionalidade” foi cunhado pela investigadora, autora e ativista Kimberlé Crenshaw, em 1989, no seu artigo intitulado *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. Crenshaw explica como a dinâmica social e a junção dos seus vários poderes e opressões se relacionam, acabando por beneficiar ou prejudicar a vida de cada pessoa, de acordo com as várias características que possuem. Ou seja, as várias facetas identitárias de cada pessoa, como o género, a etnia, a classe social, entre outros aspetos, jogam em conjunto e acabam por determinar a dinâmica social em que cada pessoa se insere. Em 2018, cerca de 30 anos após ter introduzido a palavra “interseccionalidade” no campo das ciências sociais, Crenshaw concedeu uma entrevista à revista *Time*, em que explica o que a palavra significa nos dias de hoje:

It's basically a lens, a prism, for seeing the way in which various forms of inequality often operate together and exacerbate each other. We tend to talk about race inequality as separate from inequality based on gender, class, sexuality, or immigrant status. What's often missing is how some people are subject to all of these, and the experience is not just the sum of its parts. (...) Intersectionality is simply about how certain aspects of who you are will increase your access to the good things or your exposure to the bad things in life. (Crenshaw, *Time*, 2020)

A motivação para o tema do presente trabalho surgiu devido à conjuntura atual enquanto uma fonte rica de análise, e devido à constante presença da desigualdade na sociedade, que a pandemia veio intensificar. Ao longo do percurso académico e pessoal da autora da dissertação, houve sempre um maior interesse por questões relacionadas com a dinâmica de poderes presente no mundo e na sociedade, e como essa dinâmica se pode traduzir em opressão, marginalização e discriminação de certos grupos de pessoas. Por essa razão, foi fácil entender que um dos temas que pretendia abordar no trabalho final de mestrado seria a problemática da discriminação social e da desigualdade. Portanto, dado que a pandemia veio fragilizar o contexto económico, o que, por sua vez, afeta de um modo mais complexo as pessoas inseridas em condições financeiras mais precárias, pareceu apropriado abordar a dinâmica de poderes na sociedade, no âmbito da desigualdade social entre classes. Devido à sua presença e interação frequente em associações e cooperativas culturais – tanto durante o estágio da licenciatura na cooperativa Sou Largo, como atualmente, na associação cultural Hey, Pachuco – o especial foco no associativismo surgiu do interesse em iniciativas levadas a cabo por algumas entidades socioculturais, que podem ajudar a colmatar as desigualdades já existentes.¹

¹ Mais dados e informação sobre a ligação académica e pessoal da autora ao associativismo, incluindo o respetivo estágio e outros projetos e ações desenvolvidas, serão desenvolvidos adiante, nos capítulos referentes a esse tema.

O enquadramento do tema no programa curricular do mestrado em Cultura e Comunicação faz-se tendo em conta a relevância da problemática da desigualdade e da dinâmica de poderes, no âmbito dos estudos culturais, sendo abordada através de unidades curriculares como Tópicos de Análise e Teorias da Cultura, por exemplo. Além disso, tendo em conta a situação atual já referida, considera-se de extrema relevância a existência de uma breve análise das consequências que a pandemia pode ter no tecido sociocultural, de modo a fornecer informação acerca do tema e, assim, motivar debate em torno do assunto.

No presente capítulo, no âmbito dos estudos culturais, irão ser revisitadas obras como *The Long Revolution* (1961) e *Keywords* (1976), de Raymond Williams, por exemplo. Além disso, irão também ser apresentados alguns significados de conceitos incluídos na análise. No âmbito da pandemia e das desigualdades sociais, a revisão bibliográfica baseia-se em autores e investigadores que teorizaram sobre o impacto da pandemia no campo social. Alguns desses autores são Judith Butler, Paul B. Preciado, Yuval Harari e Boaventura de Sousa Santos, com especial foco no seu mais recente livro *A Cruel Pedagogia do Vírus* (2020). Os autores referidos acima são também abordados na presente introdução, de modo a ser realizada uma contextualização do assunto através do seu contributo acerca do tema. O desenvolvimento teórico de Sousa Santos na obra referida faz uma ponte entre o impacto que a desigualdade social tem na pandemia e no seu respetivo combate, e o impacto que a pandemia tem também na desigualdade social, sendo uma influência mútua. Ao longo da obra são referidas várias áreas da vida social e grupos de pessoas que, de um modo ou de outro, se interligam com o contexto pandémico atual. Como por exemplo, a dificuldade que as classes mais precárias têm em combater o vírus, devido à impossibilidade de isolamento, que é resultado da falta de espaço habitacional, da falta de saneamento básico e do difícil acesso a serviços ou produtos de higiene e limpeza, entre outros fatores:

Tal como em muitos contextos similares no mundo, as famílias partilham uma sala que também é cozinha, quarto e sala de estar. Como é que se lhes pode pedir autoisolamento? É possível o autoisolamento num contexto de permanente hétero-isolamento imposto pelo Estado? (...) Para os moradores das periferias pobres do

mundo, a atual emergência vem juntar-se a muitas outras emergências. (capítulo 3, para. 6, 7)

Ao longo da obra, Sousa Santos aborda sempre o assunto de modo interseccional, referindo o impacto que o patriarcado e o racismo têm na vida das pessoas e na pandemia, tendo em consideração como, ao longo da História, as mulheres e a comunidade negra têm sido colocadas em posições sociais mais precárias:

(...) Os corpos racializados e sexualizados são sempre os mais vulneráveis perante um surto pandémico. Os seus corpos estão à partida mais vulnerabilizados pelas condições de vida que lhes são impostas pela discriminação racial ou sexual a que são sujeitos. Quando o surto ocorre, a vulnerabilidade aumenta, porque estão mais expostos à propagação do vírus e se encontram onde os cuidados de saúde nunca chegam: favelas e periferias pobres da cidade, aldeias remotas, campos de internamento de refugiados, prisões, etc. Realizam tarefas que envolvem mais riscos, quer porque trabalham em condições que não lhes permitem proteger-se, quer porque são cuidadoras da vida de outros que têm condições para se proteger. (capítulo 4, para. 9)

É também referida a impossibilidade de os cuidadores e os prestadores de serviços essenciais se manterem em isolamento, pois têm de garantir a continuação dos serviços que permitem o cumprimento do isolamento de outras pessoas, por exemplo. Durante a obra há, também, uma constante referência ao sistema económico atual – o hipercapitalismo², permitido através de várias políticas neoliberais e o respetivo objetivo de lucrar monetariamente, sem exceções – e como esse sistema tem falhado durante a pandemia, colocando a questão de se a qualidade e a verdade das instituições de uma

² Depreende-se que, por hipercapitalismo, Sousa Santos se refira ao termo “capitalismo tardio” (*late capitalism*), cunhado pelo sociólogo e economista Werner Sombart, e popularizado pelo economista Ernest Mandel, em 1974, no seu livro *Der Spätkapitalismus (em inglês, Late Capitalism)*.

sociedade se conhecem melhor em situações de normalidade ou em situações excepcionais, de crise (Sousa Santos, 2020, capítulo 1, para.1) como a presente crise pandémica:

Esta versão do capitalismo [hipercapitalismo/capitalismo tardio] sujeitou todas as áreas sociais – sobretudo saúde, educação e segurança social – ao modelo de negócio do capital, ou seja, a áreas de investimento privado que devem ser geridas de modo a gerar o máximo lucro para os investidores. Este modelo põe de lado qualquer lógica de serviço público, e com isso ignora os princípios da cidadania e os direitos humanos. (Sousa Santos, 2020, capítulo 4, para. 4)

De acordo com o economista Ernest Mandel, o capitalismo tardio – ou hipercapitalismo, usando a expressão de Sousa Santos – é uma fase do capitalismo que surgiu após o final da II Guerra Mundial, em 1945. Explicando em termos concisos, atuais e de modo muito sucinto, Mandel refere-se ao capitalismo tardio caracterizando-o pela absurdez da economia contemporânea, que resulta num largo fosso de desigualdade, na ascensão de empresas multinacionais super poderosas, na comunicação em massa e em finanças internacionais (Lowrey, 2017, para.5). Ou seja, uma versão do sistema capitalista que é, ao mesmo tempo, causa e consequência da crescente industrialização de cada vez mais áreas da vida humana, resultando numa sobreprodução de produtos e na oferta excessiva de serviços e itens, por vezes, considerados absurdos ou caricatas, apenas com o intuito exclusivo de lucrar a todo o custo, incentivando o consumismo.

O filósofo Paul B. Preciado, através do seu artigo “The Losers Conspiracy” (2020), traz ao debate o impacto e as mudanças que a pandemia de COVID-19 tem tido nos comportamentos e nas relações sociais, deixando no ar a questão acerca de um possível ou impossível regresso à normalidade da vida antes da conjuntura pandémica. Judith Butler, no artigo “Capitalism Has Its Limits” (2020), coloca também a questão sobre a eficácia do sistema capitalista no que diz respeito ao acesso à saúde, especificamente. São também tecidas críticas ao facto de se tratar com mais urgência o setor económico do que a saúde da população:

Just days ago, Trump made clear that the financial health of the nation is its true health, and that the only relevant

measure is Wall Street. As a result, returning to “business as usual” even if it means risking increased mortality rates from the virus, is justified in his view. The clear implication is that it is alright if the most vulnerable people die – the elderly, the homeless, those with preexisting conditions – as long as the economy can be revived. The nation is not its people, but only its markets. (Butler, 2020).

Butler indica que talvez seja necessário ponderar que existem mais opções além das regras definidas pelo capitalismo, usando o setor da saúde como exemplo. Assim, coloca-se como argumento principal que o capitalismo tem limites e que as regras de mercado de qualquer sistema económico que exista não se podem sobrepôr a um direito humano básico e fundamental como a saúde, especialmente num contexto de tamanha relevância e necessidade como a pandemia atual:

(...) That does not mean that our outrage lessens with every new instance of unethical or criminal self-aggrandizement. If he were successful in his effort to buy the potential vaccine and restrict its use to US citizens only, does he believe that US citizens will applaud his efforts, thrilled by the idea that they alone are delivered from a mortal threat when other nations are not? (...) And if only the rich have access to treatments as they are delivered, are we expected to applaud this radically obscene social inequality, coupled as it is with market rationality and America exceptionalism? (...) Why not understand health care as a social obligation, one that follows from living in society with one another? (...) In other words, we would have to agree to a social and economic world in which it is radically unacceptable that some would have access to a vaccine that can save their lives when others should be denied access on the grounds that they cannot pay or could not secure insurance that would pay or because they lacked a visa or legal status. (Butler, 2020)

Harari, por outro lado, foca-se em outras problemáticas no seu artigo “The World After Coronavirus” (2020). Aborda a questão dos sistemas de vigilância, dos seus limites e do receio que existe acerca do seu possível uso excessivo, após o fim da pandemia. Continua abrindo espaço para a discussão sobre a extrema importância de confiar na ciência e nos factos, pois a desconfiança e as teorias de conspiração causam ainda mais desinformação, numa altura em que a informação tem, talvez, um papel mais importante do que nunca. No fim, apela para que haja cooperação e ajuda mútua entre os vários países do mundo, dado que o apoio e a partilha de informação a um nível governamental podem ser uma arma eficaz para ajudar a combater a pandemia: “Every crisis is also an opportunity. We must hope that the current epidemic will help humankind realise the acute danger posed by global disunity” (Harari, 2020, 13).

Estatísticas e artigos jornalísticos foram também consultados durante o desenvolvimento da dissertação, de modo a conferir perspectivas informativas, fidedignas e mais recentes sobre os temas em questão. Embora a presente dissertação e a respetiva autora tencionem ser o mais imparciais possível e livres de agendas ideológicas, não tendo como objetivo debater nem criar um confronto de ideologias, serão tecidas algumas críticas à versão atual do sistema capitalista, através da referência a algumas obras mencionadas. Dado que o capitalismo é o sistema económico vigente comum, num âmbito global, não se pode negar a sua influência também na dinâmica social do mundo. Porém, não se pretende que grande parte do trabalho se foque no capitalismo, mas sim que seja referido apenas quando a análise assim o justificar.

No que toca a uma definição teórica de conceitos pertencentes à dissertação, revela-se essencial apresentar o significado da palavra “cultura”. Cultura é uma palavra cujo significado tem sofrido alterações ao longo do tempo, obtendo então algumas definições diferentes. Assim, torna-se relevante uma definição concreta da palavra no presente contexto, sendo nessa definição que, no geral, assenta a dissertação. Na sua obra *Keywords – A Vocabulary of Culture and Society* (1976), Raymond Williams apresenta uma breve cronologia histórica da palavra cultura e as suas respetivas modificações e significados ao longo do tempo. O autor apresenta três significados atuais para a palavra cultura, sendo eles I) o substantivo que descreve o processo geral de desenvolvimento intelectual, artístico e espiritual, II) o substantivo que indica o modo de vida de um grupo de pessoas ou época específicos e III) o substantivo que descreve práticas e obras intelectuais, principalmente a atividade artística, onde se incluem a música, a literatura, a pintura, a escultura, o teatro e o cinema (p. 52). Tendo em conta o assunto do presente

trabalho, durante a dissertação, a palavra “cultura” irá ser, maioritariamente, abordada através de um dos significados acima referidos: o terceiro, referente à arte, à cultura no âmbito artístico.

A problemática da desigualdade revela-se pertinente na medida em que, a cultura como um modo de vida, apresentada também por Williams, inclui vários aspetos e sistemas que dentro dela operam. Em *The Long Revolution* (1961), Williams aborda a cultura tendo em conta o segundo significado da palavra que apresenta em *Keywords* (1976), e argumenta que a teoria da cultura é o estudo das relações entre todos os elementos (organizações, grupos sociais, hábitos, tradições, instituições, etc.) de um modo de vida específico, porque analisar esses elementos permite uma maior compreensão do panorama geral: “Analysis of particular works or institutions is, in this context, analysis of their essential kind of organization, the relationships which works or institutions embody as parts of the organization as a whole” (p.35). Ou seja, geralmente o uso mais comum da palavra “cultura” refere-se ao conceito que abrange e engloba várias áreas e sistemas de funcionamento do modo de viver das pessoas em sociedade, a relação que existe entre elas e entre as próprias instituições e organizações dessa sociedade. Essas áreas podem ser de índole política, histórica, social, educativa, artística, gastronómica, no âmbito da tradição, hábitos, costumes, entre outros. No fundo, todos os campos que constituem a dinâmica e o funcionamento de uma sociedade estão incluídos no termo geral de cultura, apresentado por Williams. Porém, como previamente mencionado, a presente dissertação aborda a cultura como o setor de práticas de índole artístico.

A revisão literária quanto ao tema do associativismo é feita, principalmente, através de dissertações e estudos realizados também acerca do tema em questão. Porém, revela-se crucial a obra *A Democracia na América*, de Alexis de Tocqueville, redigida no século XIX, na qual está também registada uma abordagem histórica, social e política sobre as questões relacionadas com o associativismo na época, o que permite então obter uma perspetiva entre o antes e o agora.

O presente trabalho pretende estudar e compreender a relação entre a pandemia e a desigualdade, com especial foco no associativismo, a sua importância no âmbito sociocultural e como o mesmo pode ser uma ferramenta de progresso e de desenvolvimento social, bem como de combate à desigualdade, através de ação local e comunitária. A dissertação culmina com um estudo de caso sobre a iniciativa sociocultural Bairro em Festa, organizada pela cooperativa Sou Largo. Nesse âmbito, é analisada a relação que o evento estabelece com a zona geográfica em que está inserido,

o seu papel na comunidade, a adaptação à pandemia e como pode atuar na problemática da desigualdade. Durante o estudo de caso é também brevemente mencionada a importância da cultura como motivadora de mudança e, conseqüentemente, também como instrumento de combate à desigualdade.

A estrutura geral da dissertação divide-se em várias secções: o contexto pandémico e o seu impacto na população, incluindo em vários setores laborais, com especial atenção ao setor da Cultura; o papel do associativismo no geral e como possível promotor de progresso social e ferramenta de combate à desigualdade; culminando com o estudo de caso e respetiva análise do Bairro em Festa, dentro desse mesmo âmbito. Na secção dos Anexos, estão imagens de alguns projetos apresentados na edição de 2020 do Bairro em Festa.

Dado que a metodologia utilizada na presente dissertação se baseia num estudo de caso, como ponto de partida, considera-se pertinente fazer uma breve introdução geral do método em questão. De acordo com o jornalista e teórico da área da comunicação, Wilbur Schramm, no seu trabalho académico *Notes on Case Studies of Instructional Media Projects* (1971), o método do estudo de caso é composto por várias características. Schramm esclarece que o ponto central de um estudo de caso é investigar e compreender o porquê de determinada situação ter sido tomada, como foi planeada, implementada e o seu respetivo resultado (p.6). As fontes principais dos estudos de caso são, maioritariamente, documentos, arquivos, entrevistas, artigos, observações, entre outros registos que se revelem pertinentes. Schramm afirma ainda que é importante que o investigador inclua contextos históricos e algum enquadramento de ciência política na investigação, de modo a conseguir apresentar uma perspetiva mais completa e fundamentada do objeto do estudo de caso. Em termos bibliográficos, o presente trabalho segue as normas do método APA.

CAPÍTULO II

SOCIEDADE SOB PANDEMIA: IMPACTOS

O subcapítulo em questão, *Sociedade sob pandemia: Impactos*, foca-se nos impactos da pandemia na sociedade em geral e no âmbito da saúde mental. Além disso, será também mencionado o carácter de desproteção mútua da pandemia e os impactos que a mesma pode ter no comportamento do ser humano, no âmbito sociocultural, tendo em conta as perspetivas teóricas mencionadas no capítulo da introdução. Embora os receios e a mudança de comportamentos sociais sejam semelhantes, de modo geral, em todo o mundo, o impacto nos setores laborais referidos ao longo da dissertação será analisado com foco no contexto nacional português.

A pandemia instalou um cenário mundial caótico, o que talvez nos levasse a crer que esta conjuntura atípica poderia ser catalisadora de mais empatia e solidariedade, por denunciar a precariedade e as dificuldades agravadas, resultando em inúmeros momentos de compaixão e, conseqüentemente, ajuda. Porém, as suas conseqüências negativas aparentam ter tido um peso muito maior. Além dos milhares de infetados e perdas de vida irrecuperáveis, as repercussões da pandemia na saúde mental também se fazem notar. O estudo “Saúde Mental em Tempos de Pandemia”, divulgado a 18 de janeiro de 2021, realizado pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA), revela que cerca de 25% dos participantes apresentam sintomas moderados a graves de depressão, ansiedade e stress pós-traumático. Segundo o estudo, os grupos mais afetados aparentam ser os jovens e as mulheres. A inclusão do género feminino no grupo dos mais afetados talvez se possa justificar por algumas razões apresentadas por Boaventura da Sousa Santos, em *A Cruel Pedagogia do Vírus*. A mais recente obra do sociólogo conta-nos o que já há muito se sabe: as mulheres dominam na prestação de cuidados dentro e fora das famílias, em profissões como enfermagem ou assistência social. Sousa Santos afirma também que a violência contra as mulheres tende a aumentar em épocas stressantes, como a guerra ou a crise, e tem vindo a aumentar durante a pandemia. Dado que a maioria da violência ocorre no espaço doméstico, o confinamento veio agravar o problema. Os exemplos referidos – a prestação de cuidados e a violência – talvez possam ser considerados algumas das razões pelas quais as mulheres, enquanto grupo social, estão incluídas nos grupos mais afetados pela pandemia, em termos de saúde mental. Através da sua análise sociológica com décadas de experiência, Boaventura de Sousa Santos apresenta-nos também os outros vários grupos sociais que, a seu ver, foram mais afetados

pela pandemia. No capítulo 3 da mesma obra, intitulado “A sul da quarentena”, o autor apresenta alguns desses coletivos sociais, sendo eles os trabalhadores precários e autónomos (aqueles sem contratos de trabalho ou com pequenos negócios próprios); os trabalhadores de rua/vendedores ambulantes (por a rua, que é a sua área de trabalho, estar deserta devido aos períodos de confinamento); as pessoas em situação de sem-abrigo (por residirem na rua); a população das periferias pobres das cidades (devido a residirem em zonas habitacionais sem infraestruturas de saneamento básico e sem acesso a serviços públicos); as pessoas inseridas em campos de internamento para refugiados, populações deslocadas ou imigrantes indocumentados; as pessoas portadoras de deficiência (que, de certo modo, dependem de cuidadores que não podem cumprir os isolamentos para lhes conseguirem prestar a ajuda necessária); os idosos (que, em muitos casos, residem em lares, centros de dia, casas de repouso e que se encontram, não só em alto risco de contágio devido a estarem em constante contacto com os auxiliares e com os cuidadores dos lares que se encontram mais expostos ao vírus no exterior, mas também pela solidão que a pandemia trouxe, através da proibição de visitas.); as pessoas que estão presas (devido ao tratamento pouco atencioso que é prestado nas prisões); as pessoas com problemas de saúde mental e, como previamente mencionado, as mulheres.

Embora todos os profissionais de saúde estejam numa posição complicada, o INSA revela que daqueles que foram questionados, os que revelam mais sintomas de ansiedade moderada a grave (42%) e exaustão física e emocional (43%) são os que estão a tratar de pacientes infetados com o vírus de COVID-19. Quando questionados sobre o futuro, os participantes revelaram-se pouco confiantes. Entre as várias razões que possam ser a causa da estatística apresentada estão a preocupação da incerteza quanto ao futuro, principalmente no que diz respeito a um tratamento eficaz para combater o vírus (89%), a possível iminência de uma crise económica avassaladora (96%) e a incapacidade de conseguirem recuperar o rendimento (75%) e modo de vida (79%) que tinham antes da pandemia. A pandemia de COVID-19 tem estado a deixar consequências nefastas por todo o mundo, não só na saúde mental, como também em vários setores laborais da vida em sociedade, o que, conseqüentemente, acaba por afetar também a saúde mental das pessoas inseridas nesses próprios setores.

Além dos impactos da pandemia no âmbito da saúde, física e mental, da desigualdade e da precariedade, a doença do novo coronavírus veio também modificar hábitos culturais comuns. Preciado, no seu artigo “The Losers Conspiracy”, coloca a questão do contacto físico:

Between the fever and the anxiety, I thought to myself that the parameters of organized social behavior had changed forever (...) Everything will forever retain the new shape that things had taken (...) We would survive without touch, without skin. Those who had not dared to tell the person they loved that they loved them could no longer make contact with them even if they could express their love and would now have to forever live with the impossible anticipation of a physical encounter that would never take place. (p.2, 3)

O autor expressa preocupação acerca de a pandemia possibilitar um acesso cada vez maior a interação digital, mas, por outro lado, nos privar de tato, questionando se alguma vez conseguiremos realmente voltar à normalidade pré-pandemia: “From now, we would have access to ever more excessive forms of digital consumption, but our bodies, our physical organisms, would be deprived of all contact and vitality”(p. 2). No domínio das Humanidades e das ciências sociais, outros teóricos também já elaboraram sobre os impactos que a pandemia pode ter no âmbito sociocultural. Yuval Harari, no seu artigo “The World After Coronavirus” traz ao debate a questão dos sistemas de segurança e dos métodos de controlo. Durante a pandemia tem havido um maior controlo da população, tal como também têm surgido programas e aplicações que permitem acompanhar, de modo mais eficaz, o desenvolvimento da doença, de modo a ser mais fácil combatê-la. Harari realça uma preocupação crescente quanto à presença desse controlo e quanto ao uso excessivo desses sistemas de vigilância após a pandemia:

Many short-term emergency measures will become a fixture of life. (...) Immature and even dangerous technologies are pressed into service (...) Entire countries serve as guinea pigs in large scale social experiments. (...) In this time of crisis, we face two particularly important choices. The first is between totalitarian surveillance and citizen empowerment (...) If we are not careful, the epidemic might nevertheless mark an important watershed in the history of surveillance. (...) You could, of course, make the case

for biometric surveillance as a temporary measure taken during a state of emergency. It would go away once the emergency is over. But temporary measures have a nasty habit of outlasting emergencies. (p.1, 4, 6)

De seguida, Harari defende que é urgente confiar na ciência e nos factos, e apela à cooperação entre os países, de modo a haver uma ajuda global mútua, para se conseguir combater a pandemia com mais eficácia e rapidez. Na parte final do artigo, o autor aponta o dedo à inutilidade de criar e acreditar em teorias da conspiração, argumentando que acabam por dificultar a resolução do problema pandémico que se está a tentar combater. O autor frisa que a desconfiança e as teorias da conspiração descredibilizam as entidades científicas, governativas e os meios de comunicação: “In the days ahead, each one of us should choose to trust scientific data and healthcare experts over unfounded conspiracy theories and self-serving politicians.” (p.10).

No entanto, no início do artigo em questão, o autor, de certo modo, abre portas para o surgimento de mais uma possível teoria da conspiração. Embora seja necessário estar alerta e rejeitar métodos de controlo ou sistemas de segurança que ponham em causa a privacidade e a liberdade da população, referir as várias nuances do assunto e as suas possíveis consequências negativas, enquanto a pandemia ainda decorre, talvez se revele um pouco contraproduativo, pois pode abrir espaço para a tal desconfiança e para o surgimento de mais teorias sem fundamento que Harari tanto critica. Há sempre a chance de essas novas teorias e preocupações contribuírem para que várias pessoas se recusem a cooperar com métodos de controlo ligeiros e inofensivos, que estão em vigor apenas durante a pandemia e que ajudam a lutar contra o vírus. Como por exemplo a aplicação de telemóvel portuguesa STAYAWAY COVID, que, acedendo à localização do utilizador, faz um rastreio de possíveis casos de contágio que possam estar por perto, nas imediações, com o objetivo de evitar novas infeções. Se, tal como Harari apela, houver a tal confiança nas entidades governativas e científicas (instituições que estão numa posição muito mais credível para o combate ao vírus), esses métodos ligeiros de controlo digital, a longo prazo, podem acabar por se revelar benéficos para o combate da pandemia. Embora a problemática levantada por Harari seja totalmente válida e pertinente, parece que o autor acaba por ajudar a criar uma nova preocupação, juntando-a à preocupação corrente da pandemia. Ao pensar que a sua segurança, liberdade ou privacidade está a ser posta em causa de modo definitivo sob o pretexto da pandemia, a população fica ainda

mais hesitante em colaborar e a desconfiança pode crescer, o que acaba por dificultar a cooperação no combate à COVID-19. A intenção do autor parece ser honesta e positiva, tendo em mente o bem-estar e a privacidade dos cidadãos. Contudo, o momento cronológico em que Harari trouxe o assunto para discussão, talvez pudesse ter sido melhor planeado.

Butler, no seu artigo “Capitalism Has Its Limits” (2020), aborda o acesso à saúde enquanto um direito básico e humano, focando-se no caso dos Estados Unidos da América. No início do artigo, a autora reconta a reação de Karl Lauterbach, um político alemão, ao saber que o então presidente Donald Trump tinha pedido a compra de uma vacina alemã contra a doença do novo coronavírus, com venda exclusiva para os EUA. A resposta de Lauterbach a esse pedido dá o nome ao artigo em questão: o capitalismo tem limites. Essa resposta motiva Butler a escrever sobre o assunto. A autora desenvolve o tema, focando-se no facto de a pandemia ter acentuado as desigualdades já existentes e frisando a importância do acesso à saúde, usando como exemplos os EUA: “Does he imagine that most people think that the market should decide how the vaccine is developed and distributed?” (p. 2).

Assim, ao longo do artigo, Butler questiona também o papel do sistema capitalista durante a pandemia, argumentando que o acesso à saúde – não só durante a conjuntura pandémica, mas sempre – não deve ser condicionado pelas regras capitalistas convencionais que mantêm o lucro como objetivo principal:

[Bernie Sanders and Elizabeth Warren’s presidential campaign] opened up a way to re-imagine our world as if it were ordered by a collective desire for radical equality, a world in which we came together to insist that the materials that are required for life, including medical care, would be equally available no matter who we are or whether we have financial means. (...) We understood that we might start to think and value outside the terms that capitalism sets for us. (p.4)

A análise e os argumentos de Butler tornam-se válidos, na medida em que colocam questões pertinentes. A pandemia de COVID-19 colocou-nos numa posição em que há legitimidade para questionar qual o objetivo e a eficácia de sistemas que perpetuam a

desigualdade e dificultam o acesso a algo tão fundamental quanto a saúde, e também a outras necessidades básicas fundamentais como a habitação e a alimentação, por exemplo. O capitalismo, como o conhecemos, já não é apenas um modelo económico, pois acabou por se tornar num sistema social que rege todas as áreas da vida em sociedade, colocando em causa o acesso a necessidades fundamentais. Sousa Santos explica-o sucintamente no capítulo quatro da obra *A Cruel Pedagogia do Vírus*:

(...) A sua [capitalismo] versão atualmente vigente – o neoliberalismo combinado com o domínio do capital financeiro (...) Esta versão do capitalismo sujeitou todas as áreas sociais - sobretudo saúde, educação e segurança social - ao modelo de negócio do capital, ou seja, a áreas de investimento privado que devem ser geridas de modo a gerar o máximo lucro para os investidores. Este modelo põe de lado qualquer lógica de serviço público, e com isso ignora os princípios da cidadania e os direitos humanos. (capítulo 4, p.4)

Tanto a obra de Sousa Santos como o artigo de Butler abrem a porta para o questionamento de sistemas que, mesmo em época de normalidade, talvez já não sejam os mais adequados às respetivas necessidades atuais do mundo e da sociedade. É possível que a pandemia ajude a entender o quão insustentáveis alguns sistemas, hábitos e práticas são, não só perante a própria pandemia, mas de um modo geral durante épocas normais. O fosso de desigualdade tornou-se ainda mais acentuado durante a pandemia, pois milhares de pessoas, a uma escala global, perderam os seus empregos, aumentando assim a precariedade e o desemprego. Segundo o site jornalístico NBC NEWS, o relatório *The Inequality Virus* (2021), realizado pela confederação Oxfam, avança que, durante a pandemia de COVID-19, as fortunas dos dez bilionários mais ricos do mundo aumentaram e, coletivamente, obtiveram cerca de 540 biliões de dólares (p.10-11). O mesmo relatório revela ainda que as pessoas mais impactadas negativamente pela pandemia necessitarão de uma década, ou mais, para conseguirem recuperar financeiramente (p.11), pois o número de pessoas a viver em extrema precariedade pode demorar esse período a voltar aos níveis pré-pandemia. Tanto em períodos de normalidade como em épocas de crise (neste caso, crise pandémica), a total perda de uns

ser o ganho exorbitante de outros demonstra o quão interligadas as estruturas e os sistemas da sociedade estão, e o modo como as suas dinâmicas e poderes operam, entrelaçando-se, especialmente, em situações nefastas.

Além de questões económicas, a pandemia também realçou a problemática ambiental. Em *A Cruel Pedagogia do Vírus*, Sousa Santos alerta para a influência mútua que existe entre a crise climática e a pandemia. O sociólogo frisa que um dos fatores que está a conduzir a humanidade a uma catástrofe ecológica é, precisamente, a exploração desenfreada e sem limites dos recursos naturais, que resulta na morte de vários seres vivos e até na extinção de espécies da fauna e da flora. Sousa Santos argumenta que as pandemias são, em parte, a consequência dessa exploração. Ou seja, as enfermidades que vão surgindo – como uma pandemia, neste caso – acabam por fazer parte de um processo de autodefesa da Natureza, que tem de se defender para continuar a garantir a própria existência, a fauna, a flora e a vida de todos os seres vivos que habitam no planeta Terra, sendo a vida humana uma ínfima parte a proteger. Além disso, o consumismo excessivo também contribui para uma maior produção de lixo cujo destino final, em grande parte dos casos, é, inevitavelmente, a Natureza, acabando por interferir com o habitat natural de várias espécies e causando danos a animais, tanto em terra como no mar. Mais uma vez, o problema aparenta estar, em grande parte, num sistema (económico) explorado ao máximo, ao qual é cedido o poder de controlar áreas da sociedade que, intrinsecamente, no seu âmago, não estão – ou não deveriam estar – relacionadas com lucro monetário, sobrepondo-o a direitos e necessidades básicas fundamentais mínimas, e a deveres ecológicos e ambientais.

Normalmente, cada vez que se apontam falhas a algo – neste caso à insustentabilidade do hipercapitalismo – surgem contra-argumentos e vozes de contestação que acusam o crítico de criticar, mas de não apresentar soluções. Uma reestruturação económica e social implica o trabalho em conjunto de investigadores, teóricos, profissionais de várias áreas, como por exemplo sociologia, economia, estudos culturais, filosofia, ciência política, ética, psicologia, relações internacionais, direito, entre muitas outras. Não é algo que se altere de noite para o dia, mas sim uma mudança gradual. Contudo, a ideia fundamental e o objetivo principal, idealmente, seria o apaziguamento da extrema desigualdade social, através do acesso simples e descomplicado a direitos e necessidades básicas fundamentais, que é o imprescindível para cada pessoa se conseguir sentir minimamente bem a nível físico e mental. No que

toca a direitos e necessidades básicas, priorizar o lucro acima disso é, precisamente, uma das causas do fosso tão grande da desigualdade.

CAPÍTULO II

SETOR CULTURAL DURANTE A PANDEMIA: PRESENÇA E AUSÊNCIA³

Primeiramente, talvez seja apropriado definir, brevemente, as atividades incluídas no sector cultural e artístico. José Soares Neves, investigador e professor no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) e diretor do Observatório Português das Atividades Culturais, faculta-nos uma breve definição. Na obra *Um Olhar Sociológico Sobre a Crise Covid19 em Livro*, lançada em 2020 pelo Observatório das Desigualdades, Soares Neves é o autor do capítulo 6, aquele que aborda o sector artístico e cultural durante o período de pandemia: *O Sector Artístico e Cultural, Impactos e Desafios da Crise Provocada pela Covid19*. O investigador traça as atividades artísticas e culturais com base no relatório *European Statistical System Network on Culture* (2012). Assim, tendo como base o relatório referido, descreve o setor da cultura, como o conhecemos atualmente, tendo em conta:

(...) A diversidade de domínios que incluem as artes performativas, as artes visuais, o património (monumentos e os museus, o património imaterial), os arquivos, as bibliotecas públicas, o livro e a imprensa, o audiovisual e o multimédia, diversidade que se alarga se tivermos em conta também as funções, desde a criação/produção à receção/consumo, passando pela mediação/distribuição. (Soares Neves, 2020, p.84)

Prossigamos, então, com uma análise do impacto da pandemia no setor da cultura. Além de tempos adversos para a saúde mental e questionamentos sobre o futuro funcionamento da sociedade, a pandemia obrigou, também, ao encerramento de locais e eventos culturais, como peças de teatro, concertos, museus, exposições, festivais e espetáculos de todo o tipo que ocorressem de modo presencial. Embora muitos artistas possam ter continuado a criar, não havia maneira concreta de apresentar o seu trabalho ao público, pois durante os confinamentos forçados pela pandemia houve uma paragem total da produção, programação, promoção e receção de espetáculos e apresentações de todo o tipo, na maioria dos espaços culturais. Deste modo, tanto os artistas como os restantes profissionais do setor da cultura viram o seu ganha-pão interdito, acabando por ser

³ Os dados estatísticos referem-se ao contexto português.

colocados numa das posições laborais mais precárias da pandemia. O seu impacto no setor da cultura traduziu-se, maioritariamente, no encerramento e adiamento de espetáculos ao vivo e atividades culturais que implicam a presença de várias pessoas no mesmo espaço, como concertos, peças de teatro e, até, salas de cinema e livrarias. As situações acima mencionadas resultaram, inevitavelmente, na perda de salário de artistas, técnicos, gestores, promotores e comerciantes culturais. Segundo o jornal online português Observador, as perdas na cultura ultrapassaram os 70%, em 2020. A Associação Promotora de Espetáculos, Festivais e Eventos (APEFE) revelou que, entre meados de março e o final de abril de 2020, foram suspensos, adiados ou cancelados cerca de 27 mil espetáculos (Observador, 2020). A Ticket Line e a Blue Ticket, duas plataformas online de venda de bilhetes para espetáculos, revelaram uma perda de receita de 78% e 90%, respetivamente, durante os meses de 2020 impactados pela pandemia (Observador, 2020). Em março de 2020, no início da situação pandémica em Portugal, o Sindicato dos Trabalhadores de Espetáculos, do Audiovisual e dos Músicos indicou que a perda de trabalho impactou cerca de 98 em cada 100 profissionais (Observador, 2020). Ora, embora o principal impacto na cultura tenha sido em termos monetários, a situação agrava quando essa perda monetária se traduz, obviamente, em reduções no salário e perdas de emprego. Todas essas perdas afetam também, conseqüentemente, o bem-estar e a saúde mental dos trabalhadores do setor, que acabaram por sair mais prejudicados.

Soares Neves refere também que, além da complexidade e da variedade de todos os domínios abrangidos pelo setor cultural e artístico, há também que ter em conta a multiplicidade de estatutos de cada profissional da cultura, sejam eles trabalhadores por conta de outrem ou trabalhadores independentes. Estes últimos situam-se num subgrupo mais precário, devido ao carácter temporário e imprevisível da sua atividade, resultando numa instabilidade de rendimento, na maioria dos casos. Soares Neves afirma, assim, que “falar da atual situação de crise na cultura significa ter em conta realidades e efeitos possivelmente muito diferentes” (p.84) para diferentes pessoas que se encontram dentro do mesmo setor. Assim, Soares Neves refere algumas propostas e medidas que considera adequadas, como indicadas pela UNESCO:

(...) apoios diretos a artistas e profissionais da cultura (benefícios sociais, aquisição de obras, compensação de quebras de rendimento, criação e oportunidades de formação com estágios remunerados); apoios às

organizações de sectores culturais e criativos (antecipando o pagamento de apoios, compensando perdas por quebras nas atividades); e orientações para melhorar a competitividade das indústrias culturais e criativas (promovendo a realização de estudos e avaliações de modo a informar as medidas a adotar, promovendo os conteúdos nacionais). (UNESCO, 2020)

Deste modo, é notável que a intensa precariedade exaltada pela pandemia no setor em questão torna ainda mais urgente a criação de um estatuto de trabalhador da cultura, que tenha em consideração a sua especificidade laboral e torne possível o acesso a medidas de proteção social (Visão, 2020). Além de também frisar a importância do estatuto de trabalhador da cultura, Soares Neves sugere ainda outras três linhas de ação de política pública, sendo elas: I) a manutenção e o alargamento de apoios financeiros a entidades [artísticas e culturais] privadas, e dotar os serviços públicos de recursos humanos e financeiros para enfrentar os desafios, para assegurar e melhorar a prestação dos seus serviços II) incentivar a participação cultural por parte da população (através da formação de públicos, (re)criação de mercados culturais) e III) produção de conhecimento na área cultural e artística (investindo em conhecimento científico acerca da evolução e participação cultural dos portugueses, dos impactos de várias conjunturas e do conjunto de equipamentos, entidades, técnicos, intérpretes, mediadores e de todos os intervenientes no mundo da arte) (p. 90). O autor termina o capítulo 6 afirmando que, embora as respostas às dificuldades trazidas pela pandemia tenham sido, de um modo geral, adequadas, isso não significa que tenham sido suficientes.

A cultura, através da arte, revelou-se uma ferramenta imprescindível que contribuiu para a sanidade e para o bem-estar mental de grande parte da população durante o confinamento. A leitura, o cinema, a música, a dança, a fotografia, as artes plásticas ou qualquer outra atividade ou prática artística ajudaram a entreter, amparar e abstrair do ambiente pesado, desagradável e sombrio que se viveu durante a pandemia e durante as épocas de confinamento. Por isso mesmo, disponíveis no mundo digital através de acesso online, surgiram várias iniciativas que adaptaram eventos culturais à realidade pandémica e confinada, à distância de um clique. Uma dessas iniciativas foi, por exemplo, o Festival Eu Fico em Casa, no âmbito da música. O festival foi uma iniciativa conjunta de músicos, agências e editoras, com o objetivo de sensibilizar a população a ficar em

casa e continuar a frisar a importância do setor cultural, que se encontrava paralisado (Público, 2020). Eu Fico em Casa decorreu durante seis dias, com quase uma centena de concertos, transmitidos através da conta de Instagram de cada músico participante. A plataforma Google Arts & Culture também tomou iniciativa e colaborou com vários museus do mundo, de modo a disponibilizar visitas virtuais gratuitas (Rua, 2021). Assim, alguns dos museus que estiveram disponíveis para visita online são, por exemplo, o Van Gogh Museum, na Holanda, o Museum of Modern Art, nos Estados Unidos da América, o Musée d'Orsay, em França, o Museo Botero, na Colômbia, o Tokyo National Museum, no Japão, o MASP – Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, no Brasil, entre centenas de outros museus, e até palácios e jardins, espalhados pelo globo. Aliás, esta é uma das novas mudanças trazidas pela pandemia ao mundo da arte e da cultura, que encontram, cada vez mais, o seu funcionamento no desenvolvimento do digital, do online, em particular na mediação e no consumo (Soares Neves, 2020, p.93).

Em Portugal, após o primeiro confinamento, durante o curto período em que o setor da cultura voltou a funcionar, dentro das circunstâncias permitidas, surgiu uma campanha de sensibilização para incentivar, sem receio, o acesso aos eventos culturais. Embora a APEFE não possua site ou qualquer plataforma de divulgação oficial, além das suas redes sociais (o Facebook, especificamente), a mesma anunciou em outubro de 2020, o movimento A Cultura É Segura (RTP, Lusa, 2020). O objetivo da campanha foi apelar à confiança da população para continuar a frequentar espetáculos ao vivo e “sensibilizar a opinião pública para o facto de que continua a ser seguro confiar na cultura e nos seus profissionais.”. Para ser difundida de modo eficaz e fidedigno, a campanha foi divulgada por várias plataformas de imprensa e, também, através das redes sociais de várias figuras públicas de diferentes áreas da cultura. Embora se tenha revelado uma bengala imprescindível para o lazer e para o bem-estar da população, a cultura foi também um dos setores laborais mais afetados, como referido ao longo do presente subcapítulo.

Entretanto, em Portugal, ainda em época de pandemia, foi elaborado o estatuto de profissionais da área da cultura, que ficou disponível para consulta pública de 5 de maio de 2021 a 17 de junho de 2021. O estatuto “é aplicável a todos os profissionais das artes do espetáculo, do audiovisual, das artes visuais e da criação literária, que exerçam uma atividade autoral, artística, técnico-artística ou de mediação cultural.” (ConsultaLEX, 2021). O estatuto pretende “abranjer todas as relações de trabalho que se estabelecem no âmbito do setor da cultura, bem como o respetivo regime de proteção social” (ConsultaLEX, 2021). Assim, o estatuto engloba os seguintes objetivos e encontra-se

repartido em três secções: o registo dos profissionais da área da cultura (RCAAP); o regime contratual de trabalho e de prestação de atividade; e o regime de proteção social (ConsultaLEX, 2021). Talvez a pandemia tenha, também, estimulado o progresso referido acerca do estatuto e dos direitos laborais dos profissionais da cultura. Dado que a conjuntura pandémica exacerbou a precariedade no assunto em questão, talvez tenha, também, influenciado o debate em torno da área da cultura e da proteção laboral dos seus respetivos trabalhadores.

CAPÍTULO III

O QUE É O ASSOCIATIVISMO?

Antes de iniciar análise sobre a importância do associativismo, convém descrever o seu modo de funcionamento, contextualizar os espaços onde surge e referir o modo como esses respetivos espaços operam. O associativismo é o *modus operandi* de entidades como associações culturais e cooperativas, por exemplo – instituições que estão inseridas no terceiro setor. Mas o que é o terceiro setor? O artigo 80.º da Constituição da República Portuguesa declara que a organização económico-social do país assenta em vários princípios, sendo um deles a coexistência do setor público (primeiro setor, o Estado), do setor privado (segundo setor, o Mercado) e do setor cooperativo e social de propriedade dos meios de produção (terceiro setor). Ou, pelas palavras de Boaventura de Sousa Santos, o Estado, o mercado e a comunidade (2020, capítulo 4, para. 10). De modo geral, no terceiro setor estão integrados vários tipos de organizações: cooperativas, associações, fundações, clubes recreativos, sindicatos, entre outras (Quintão, s.d., p.29), algumas delas conhecidas como organizações sem fins lucrativos.

Grande parte das organizações do terceiro setor – como as cooperativas e as associações – funcionam inseridas na economia social. O Comité Económico e Social Europeu apresenta uma definição de economia social, ao citar a *Carta de Princípios da Economia Social* estipulada pela Conferência Europeia Permanente das Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações (CEP-CMAF). A economia social é caracterizada como sendo uma área da economia em que o lucro não é o principal motor da atividade das organizações em questão, sendo dada prioridade às necessidades do indivíduo e às ações sociais.

O terceiro setor diferencia-se do primeiro e do segundo tendo em conta o seu campo de ação, que funciona num âmbito sociocultural e inclui, por vezes, prestação de serviços sociais e comunitários. O objetivo principal das instituições do terceiro setor é dinamizar o panorama regional em que estão inseridas, focando-se em iniciativas locais em vários domínios, seja no âmbito da cultura, de apoio e desenvolvimento social, de lazer, de ativismo, de investigação, de defesa de direitos humanos e ambientais, entre outros (Andrade & Franco, 2007, p.15). Embora sejam consideradas organizações sem fins lucrativos, tal não significa que não possam prestar serviços comerciais. Porém, a principal motivação desses serviços e do respetivo lucro não pode ser o lucro por si só, mas sim as iniciativas sociais e culturais que pretendem desenvolver e financiar a partir

dos recursos monetários provenientes desses mesmos serviços. Esse lucro serve, principalmente, para ajudar a realizar e a financiar as iniciativas da missão sociocultural e dinamizadora da instituição. Essa vontade e, por vezes, necessidade de desenvolver atividades comerciais pode surgir da escassez de fundos monetários necessários para a subsistência da instituição, ou de um desejo de tornar a instituição mais autónoma (Andrade & Franco, 2007, p.15). O importante é que as atividades lucrativas não se tornem o foco principal da instituição e não se sobreponham às atividades não lucrativas (Andrade & Franco, 2007, p.15). Uma outra característica das organizações do terceiro setor é a gestão de recursos humanos. Uma fatia significativa das organizações do terceiro setor funciona através de trabalho (ou parte dele) não remunerado, a partir de ações voluntárias ou de mão-de-obra sem remuneração monetária através de pessoas com interesses e predisposição para ações ligadas à solidariedade e coesão social (Principe, 2016, p.119), sendo, por vezes, a dedicação dos membros à organização um dos grandes motores. As instituições do terceiro setor, incluindo assim as associações e cooperativas, são organizações não governamentais (Salamon & Anheier, 1996, p.3), são geridas por uma direção privada, não ligada ao governo. Contudo, embora sendo de índole privada, podem, por vezes, receber alguns apoios governamentais (Salamon & Anheier, 1996, pt.3). Embora sejam entidades privadas, os seus objetivos e a sua missão têm finalidades públicas, maioritariamente de carácter social, como referido anteriormente.

Assim, de modo geral e conciso, de acordo com os professores de ciências sociais Lester Salamon e Helmut Anheier, as associações e as cooperativas, enquanto instituições inseridas no terceiro setor, partilham um conjunto de características comuns: a) organizações registadas legalmente e com uma estrutura interna própria; b) autónomas e autogovernadas, com controlo sobre as suas próprias atividades; c) gestão e funcionamento através de participação voluntária; d) sem fins lucrativos, podendo lucrar, de algum modo, através de serviços comerciais quando é necessário, mas todo esse lucro tem que reverter para a própria organização e para as suas iniciativas, podendo assim contribuir para a sua missão social ou cultural; e) de carácter privado, institucionalmente separadas do governo (p.3, 4). Como referido previamente, além de abranger diferentes tipos de instituições, associativismo também se manifesta em inúmeras áreas: desporto, juventude, cultura, ambiente, comunidade LGBTQ+, igualdade de género, direitos humanos, educação, solidariedade/apoio social, saúde, entre outros. O espaço de trabalho das entidades associativas, onde se organizam e planeiam a sua ação pode ser, de certo modo, considerado omnipresente. Não há obrigatoriedade de existir um edifício

específico, pertencente exclusivamente à entidade, que sirva como ponto de trabalho, reunião ou exposição. Existe sim a necessidade de uma sede, de uma morada agregada à entidade. Mas essa morada pode ser, por exemplo, a morada habitacional de um dos membros. Assim, o processo de criar um movimento associativista pode tornar-se mais simples e executável para mais pessoas. Nesta era da internet, o associativismo começa também a espalhar-se e a marcar presença no terreno online, em várias plataformas digitais, como modo de dar a conhecer a sua existência, a alertar para a sua causa e, quem sabe, através da partilha, a motivar a criação de mais movimentos associativos.

O associativismo, enquanto atividade, pode ser definido como a sociedade civil organizada, que apela à intervenção e responsabilização dos cidadãos em várias áreas da vida social, acabando por estabelecer um meio importante de exercer a cidadania (Quintão, 2002, p.19). Na sua dissertação de mestrado em Estudos da Criança, com especialização em Associativismo e Animação Sócio-Cultural, Maria Ferreira de Faria acrescenta ainda que, de acordo com Quintão (2002), o associativismo é um movimento no qual os indivíduos se agrupam em torno de interesses comuns, com a finalidade de cooperar entre si, acabando por constituir assim entidades com personalidade jurídica. É uma forma de intervenção da sociedade civil que se guia pelos princípios de solidariedade, democracia e liberdade (Faria, 2010, p.50). Para complementar, o sociólogo Luís Capucha refere ainda que o associativismo surge também como um modo de organizar a população (ou de a população se organizar a si mesma), como medida de fazer rentabilizar os seus recursos e capacidades, e como uma ferramenta para melhorar as suas condições de vida (p.31). Ou seja, Capucha defende que o associativismo tem o poder de ajudar as populações a se tornarem capazes de decidirem autonomamente os seus destinos e de se fazerem representar junto de poderes estatais (p.31).

Através do artigo *Associações e Democracia: Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?* o investigador Pedro Moura Ferreira introduz-nos às declarações do professor de cidadania Archon Fung sobre o associativismo. Fung (2003) aponta seis contribuições do associativismo para a vida em sociedade. Em primeiro lugar, defende que a existência de associações é a manifestação da liberdade de expressão, um dos mais importantes princípios da democracia. A segunda contribuição aponta o associativismo como espaço de debate e socialização não só política e cívica, como também cultural. Em terceiro lugar, encontra-se o facto de as associações poderem assumir um papel de contrapoder, ou seja, serem espaços de resistência ou reivindicação. A quarta contribuição assenta na possibilidade de o

associativismo também poder ajudar a representar causas e interesses junto de entidades governativas e coletivos políticos. O associativismo enquanto espaço público que motiva e possibilita o debate coletivo é apontado como a quinta contribuição. Por fim, Fung apresenta o envolvimento do associativismo em questões de bem-estar e apoio social (*welfare*) como modo de equilibrar alguns domínios que possam ser negligenciados por ação governamental.

Assim, podemos observar o papel fulcral do associativismo no seio de uma comunidade, contribuindo para que esta, através da cooperação entre pessoas, providencie a si própria o que lhe falta e consiga ter voz própria. Além disso, o associativismo acaba também por ser um método, direto ou indireto, de integração social, colocando em contacto pessoas provenientes de diferentes contextos sociais, familiares, laborais e de diferentes vivências. Esse convergir de inúmeras experiências e modos de viver podem acabar por contribuir beneficentemente para o movimento associativista que os une. Através desse agrupar de diferentes pessoas, são introduzidas diversas perspetivas, novos modos de fazer as coisas, diferentes maneiras de lidar com conflitos ou problemas que surjam eventualmente, novas ideias e iniciativas.

No âmbito da representação legal, quando uma instituição fruto do associativismo se materializa numa entidade com personalidade jurídica, por mais recente ou pequena que a instituição seja, é-lhe adquirida, de certo modo, mais legitimidade no que toca ao seu movimento, aos seus valores e aquilo por que luta. Essa legitimidade acaba por ser resultado de a voz da entidade ser ampliada, e a possibilidade de se conseguir dialogar com as entidades estatais e governativas necessárias para apoiar as suas causas ou ajudar a solucionar qualquer problema torna-se um pouco mais alcançável. Além disso, as entidades governamentais e instituições como câmaras municipais, por exemplo, são mais propícias a disponibilizar bolsas, fundos ou apoios monetários a entidades e associações legalmente formadas. Nem sempre, é claro. No entanto, uma representação formal de qualquer movimento associativista ajuda a facilitar o acesso ao diálogo com outras entidades ou instituições municipais e estatais, tanto para objetivos de apoio monetário, como de exposição da associação, de modo a dar a conhecer o seu trabalho e apelar à sua causa.

Revelou-se escassa a informação fidedigna acerca das diferenças concretas entre associação e cooperativa. Tendo em conta a falta dessa informação legislativa, e dado que o tema do presente trabalho aborda o associativismo e a entidade do objeto de estudo se identifica como cooperativa (embora as cooperativas sejam abrangidas pelo

associativismo), talvez se revele pertinente introduzir uma breve distinção léxica entre cooperativa e associação. Por vezes, corriqueiramente, os termos “associação” e “cooperativa” costumam ser abordados como intercambiáveis, talvez porque os verbos “associar” e “cooperar”, embora diferentes, acabem por, de certo modo, fazer parte do mesmo universo semântico, remetendo para o trabalho em conjunto, a agregação, a colaboração em comum. De acordo com o *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2015), associar significa “pôr junto, reunir, agregar (...) tornar-se sócio de; colaborar regularmente com (...) unir-se a (um indivíduo ou grupo) para determinado fim (...)” (p.447). Cooperar significa “atuar, juntamente com (outros), para um mesmo fim; contribuir com trabalhos, esforços, auxílio para (tarefa, objetivo, etc)” (p.1137). A definição de associação é longa, porém os significados que se relacionam com o presente trabalho indicam que associação é um “(...) grupo de indivíduos que se une para uma finalidade específica e se mantêm coesos graças a procedimentos, rotinas e sanções que aceitam e aprovam de forma consciente e racional; entidade que congrega pessoas que têm interesses comuns (...)” (p.446-447). De acordo com a mesma obra léxica, uma cooperativa é uma “sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de ordem civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos associados” (p.1137). Tendo em conta as definições apresentadas, talvez seja possível confirmar a proximidade entre ambos os termos, dado que na própria definição de cooperativa se menciona a presença de associados e o próprio conceito de associativismo também inclui instituições como as cooperativas, tal como referido previamente.

CAPÍTULO III

A IMPORTÂNCIA DO ASSOCIATIVISMO

Todos os pontos referidos no subcapítulo acima – “O que é o associativismo?” – inevitavelmente fazem surgir questões de poder. A ação social e jurídica necessária para mobilizar esse tipo de recursos implica também ter a capacidade e as circunstâncias necessárias para o fazer (Capucha, 1990, p.31). Essas circunstâncias e capacidades tomam várias formas, podem ser de âmbito financeiro, de gestão de tempo, de conhecimento e informação acerca do assunto, entre outros. Ou seja, são necessários meios para atingir os fins. Esses meios podem ser materiais ou simbólicos, mas é precisamente a capacidade de mobilizar esses recursos que constitui o poder (Capucha, 1990, p.31). E o poder nunca está distribuído de igual forma.

Tomemos como exemplo o mundo atual e a maneira como a sociedade – como a conhecemos – funciona. A pessoa B não teve possibilidade de prosseguir os estudos e, atualmente, presta serviço em dois ou três empregos (cada um deles precário, pois se não fossem precários, não seriam necessários vários). Geralmente, começa a trabalhar de manhã cedo e chega a casa à noite. Muito possivelmente, todo o pouco tempo livre que tem usa-o para se alimentar, tratar de tarefas domésticas e descansar. Se tiver a seu cargo filhos, outros familiares, ou uma família inteira, tem ainda mais responsabilidades e preocupações para juntar à equação (aqui, a interseccionalidade entre classe social e gênero é um ponto importante). Por outro lado, a pessoa C teve a possibilidade de continuar a estudar, e, como resultado disso, talvez tenha obtido um emprego que lhe oferece condições laborais e salariais necessárias para usufruir de uma vida mais confortável em vários aspetos. A pessoa C terá, provavelmente, mais tempo, vontade, conhecimento e recursos para se informar acerca de práticas associativistas e do enquadramento legal necessário para dar início a uma associação. Uma delas está mais próxima do poder do que a outra. Uma delas é considerada mais apta para administrar uma associação, por ter mais escolaridade, mais disponibilidade, mais rendimentos e, conseqüentemente, estar situada numa posição social considerada mais elevada (Capucha, 1990, p.34).

De certo modo, as pessoas que se encontram mais perto das classes dominantes (social, política e financeiramente) são consideradas os melhores intermediários entre a sua classe ou a associação e a classe dominante, precisamente por serem os membros da sua classe/associação que mais características têm em comum com os membros dessa

classe dominante (Capucha, 1990, p.34). Por isso, em alguns casos, a questão da desigualdade social acaba por também estar sempre presente no seio do associativismo, de um modo ou de outro. Portanto, por vezes pode acabar por existir um denominador comum entre as pessoas que costumam ser escolhidas para gerir ou para "dar a cara" por algumas instituições, sendo esse ponto em comum o estatuto social derivado das habilitações académicas, capacidade financeira e/ou ocupação profissional.

Porém, a atividade que resulta desse trabalho associativo pode, de facto, contribuir para alguma mudança na vida das pessoas (de quem está envolvido na associação ou inserido na comunidade que dela usufrui) que acabam por beneficiar dessas iniciativas socioculturais, seja por terem um acesso mais facilitado a meios ou serviços dos quais carecem, ou até mesmo por se sentirem integradas numa comunidade ou grupo de pessoas com as quais partilham vários valores e pontos em comum. Desse modo, podemos talvez afirmar que o associativismo é, simultaneamente, um indicador das condições de vida da população, e um instrumento dessa mesma transformação (Capucha, 1990, p.35).

De certo modo, o associativismo acaba por se basear, entre outras coisas, na solidariedade e na empatia, na vontade e na necessidade de mudar aquilo que tem sido negligenciado pelo primeiro e pelo segundo setor, o Estado e o mercado, respetivamente. É essencial reconhecer a especificidade e a importância do associativismo sob a forma cultural e recreativa, pois o seu funcionamento não assenta numa lógica nem pertence ao domínio mercantil (Coelho, 2008, p.12). A atividade associativista acaba por ser, também, uma ferramenta que auxilia e pode fortalecer a democracia e a participação civil ativa em determinados aspetos da comunidade local e da sociedade, por convergir um coletivo de pessoas em torno do mesmo assunto, atividade ou objetivo. Além de ser um exercício de democracia, pois ajuda a definir a identidade local, a construir a cidadania, a expressão cultural e a integração social no exterior de um sistema dominado pelo capital e pela economia, o associativismo acaba também por ser uma ferramenta de transformação e inovação social, facultando a possibilidade de experimentar novas soluções (Coelho, 2008, p.12) e novos modos de frequentar e olhar o mundo.

Deste maneira, conseguimos então perceber que, seja qual for a área de ação de uma cooperativa, associação ou outra instituição do terceiro setor pertencente ao associativismo, existe sempre um cruzamento de fatores (políticos, sociais, culturais, económicos, históricos) que se traduz na razão da ação associativista, acabando por estimular o próprio trabalho da entidade. E é devido a esse cruzamento – a essa interseccionalidade – que o associativismo existe.

Porém, é também importante mencionar o outro lado da moeda e questionar: o associativismo age sempre como ferramenta de auxílio à democracia? O sociólogo e investigador Pedro Moura Ferreira (2008) traz à discussão o facto de existirem diferentes associações, com diferentes objetivos, e, por isso, não se poder totalmente descartar a possibilidade de, eventualmente, algumas delas agirem com objetivos contrários aos fins democráticos, dependendo dos valores, do tipo de organização e das respetivas atividades que promovem. Moura Ferreira não faculta exemplos concretos de associações que acabam por não promover a democracia, contudo expressa alguns comportamentos típicos desse tipo de organizações, como o recrutamento de membros com base em hegemonia social (p.110), por exemplo. Porém, no geral e no que toca à importância do associativismo no âmbito sociocultural, talvez se possa afirmar que os benefícios do associativismo tendem a se sobrepor às desvantagens de eventualmente poder existir algumas associações com modos de funcionamento menos justos, como referido acima. A existência de mais benefícios do que desvantagens no associativismo acaba por transparecer devido ao facto de o associativismo permitir, entre várias coisas, a transmissão de várias opiniões e vontades dos cidadãos, e a mobilização de públicos próprios, o que acaba por ser vital para a elaboração e para a quase totalidade de políticas municipais (Lopes, 2011, p.62).

Por último, mas não menos importante, torna-se imprescindível referir o contributo do filósofo, historiador e pensador político francês do século XIX, Alexis de Tocqueville, sobre o associativismo e as suas implicações. Embora seja um testemunho antigo – referente ao contexto da época dos Estados Unidos da América no séc. XIX – na sua obra *A Democracia na América: Sentimentos e Opiniões* [versão consultada traduzida por Eduardo Brandão], Tocqueville enfatiza a importância do associativismo, e não aparenta diferir muito da ideia que temos atualmente. Aquilo que afirma parece revelar-se pertinente ainda na atualidade: o associativismo era e continua a ser um modo de os cidadãos se fazerem ouvir, além da expressão política e da filiação a partidos. Há quem considere o associativismo um poderoso meio de ação, porém outros consideram-no o único meio de ação de que dispõem. É essa dualidade de oportunidades que torna o associativismo importante – uns têm-no enquanto opção para se expressar, enquanto, para outros, é o único caminho possível. Há ainda outro ponto a notar: a diversidade de associações. Tocqueville enfatiza o facto de existirem vários tipos de associações e não apenas associações comerciais, industriais ou políticas:

Os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, se unem sem cessar. Não apenas têm associações comerciais e industriais de que todos participam, mas possuem além dessas mil outras: religiosas, morais, graves, fúteis, muito gerais e muito particulares, imensas e minúsculas; os americanos se associam para dar festas, fundar seminários, construir albergues, erguer igrejas, difundir livros, enviar missionários ou antípodas; criam dessa maneira hospitais, prisões, escolas. Enfim, sempre que se trata de pôr em evidência uma verdade ou desenvolver um sentimento com apoio de um grande exemplo, eles se associam. (Tocqueville, 2004, p.131)

Ao enumerar a quantidade e a diversidade de associações, as suas respetivas atividades e os seus variados objetivos, Tocqueville pretende demonstrar que é na união entre as pessoas por um objetivo comum que está o progresso, seja ele social, cultural, por lazer ou espiritual. Ou seja, o bem-estar e o desenvolvimento de um povo ou de uma comunidade, num determinado campo, pode assentar, entre muitas coisas, no poder de associação das pessoas umas com as outras. Não podemos afirmar que o associativismo é a pedra basilar da igualdade social, porque a desigualdade provavelmente não é a escassez de uma coisa apenas, mas sim uma gestão e distribuição deficientes de diversos recursos que carecem de uma análise, enquadramento e adaptação histórica, política, social e económica, acabando por ser determinantes no combate à precariedade.

Porém, o associativismo pode ser uma peça importante no *puzzle* que constrói a igualdade, tornando – ou tentando tornar – acessível aquilo que está em falta numa comunidade e num contexto social específico. Outra faceta da importância do associativismo é o papel que tem na substituição de comportamentos demasiados individualistas; não só por princípio, mas, principalmente, por necessidade e sobrevivência. Coletivamente, no seio de uma comunidade, o individualismo pode revelar-se ineficaz por falta de meios que, no fundo, se obtêm através da troca de ideias, oportunidades e planos entre várias pessoas. Acerca disso, Tocqueville argumenta que brevemente chegará a época em que o Homem será cada vez menos capaz de produzir por si mesmo as coisas mais comuns e necessárias à sua vida, o que, inevitavelmente, acabará por resultar num aumento da cooperação e do poder social (p. 133). Tocqueville

aborda o associativismo quase como uma ciência (social, talvez), desenvolvendo uma relação entre esse novo método – o ato de associar – e o que isso pode significar para a vida social de um povo, afirmando que o país mais democrático da Terra (possivelmente referindo-se aos Estados Unidos da América, na época) é aquele em que os homens aperfeiçoaram e se adaptaram à arte de perseguir em comum o objeto dos seus desejos (ou necessidades) comuns, e questionando se isso será coincidência, ou se de facto, existe uma relação entre as associações e a igualdade (p.132).

Refere-se, de novo, a faceta política do associativismo e a relação entre ambos os domínios. No século XIX, quando Tocqueville elaborou o presente testemunho relativamente ao associativismo nos Estados Unidos da América, o autor revela que o ato de associar tinha ainda pouca adesão. Porém, elabora que a política normaliza e generaliza práticas associativistas, pois embora, na vida civil, cada homem acredite que consiga ser suficiente para si próprio, na vida pública do povo estão dispostos a colaborar por interesses partidários. Deste modo, a política pode servir como ferramenta para ajudar a criar desejo e interesse no ato de unir, de associar:

Na vida civil, cada homem pode, a rigor, imaginar que é capaz de se bastar. Em política, nunca poderia imaginá-lo. Quando um povo tem uma vida pública, a ideia da associação e a vontade de se associar se apresentam, pois, todos os dias, ao espírito de todos os cidadãos. Qualquer que seja a repugnância natural que os homens tenham pela ação comum, estarão sempre prontos para empreendê-la no interesse de um partido. Assim a política generaliza o gosto e o hábito da associação; ela cria o desejo de se unir e ensina a arte de fazê-lo a uma multidão de homens que, do contrário, teriam sempre vivido sozinhos. (Tocqueville, 2004, p.141,142)

No capítulo que encerra as observações sobre o associativismo, *Relações entre Associações Cívicas e Associações Políticas*, Tocqueville proclama ainda que quando se permite que as pessoas se associem livremente em todas as coisas, acerca de qualquer assunto, necessidade ou objetivo, elas próprias acabam por perceber que a associação é o meio universal único que podem utilizar para atingir os diversos fins a que se propõem. Assim, cada nova necessidade desperta a ideia de se associar (p.143).

No fundo, o associativismo é a formalização da vontade de mudança, da união, da colaboração entre pessoas. Talvez se possa arriscar e dizer que o associativismo é a formalização da solidariedade, pois é o processo que cumpre os passos necessários para que as necessidades ou objetivos coletivos se façam ouvir, se materializem, se apresentem ao mundo e se exponham a quem quiser integrar o meio para chegar a um fim, continuando a caminhar em direção à igualdade. Independentemente das sobreposições que o associativismo possa ter com outros domínios da vida em sociedade, Tocqueville defende que é nessa união, nessa colaboração e na prática associativista que se pode encontrar o progresso, afirmando que os sentimentos e as ideias só se renovam, o coração só aumenta e o espírito humano só se desenvolve mediante a ação recíproca dos homens uns sobre os outros (p. 134) – essa parece ser uma ideia que transcende séculos.

CAPÍTULO IV

ESTUDO DE CASO BAIRRO EM FESTA: SOU LARGO

O tema do presente trabalho estende-se através de um estudo de caso enquanto metodologia de análise, cujo objeto de estudo é o Bairro em Festa – uma iniciativa sociocultural organizada pela entidade Sou Largo. Antes de dar início à análise, torna-se imprescindível a caracterização da entidade organizadora e uma breve definição e esclarecimento acerca do procedimento da metodologia. Sendo a Sou Largo a entidade onde a autora do presente trabalho estagiou durante a licenciatura, é daí que provém a maioria da informação referente à instituição.

Sou Largo é uma cooperativa fundada em 2012, fruto de um projeto anterior sem fins lucrativos denominado Sou, criado em 2008. Em 2019, segundo o *website* oficial da entidade (<https://www.largoresidencias.com/projectos/sou>), Sou Largo constitui-se também enquanto associação cultural sem fins lucrativos, mantendo a sua forma jurídica enquanto cooperativa. A sede atual da entidade situa-se no Largo do Intendente, em Lisboa, e funciona como entidade privada, cujo intuito é expandir e dinamizar a intervenção artística e cultural na zona. Essa dinamização é, normalmente, realizada através de projetos que motivem a criação e a participação de pessoas provenientes dos variados grupos sociais, geracionais e étnicos que habitam a região diversa e multicultural que é o Intendente.

De modo a conseguir ser autossuficiente e a financiar os projetos que cria, estão associados à Sou Largo dois negócios locais: o Largo Residências (um negócio de alojamento) e o Largo Café-Estúdio, que funciona como cafetaria e como uma sala-estúdio que acolhe projetos produzidos e promovidos pela cooperativa. No entanto, de momento, o Largo Residências encontra-se temporariamente fechado. Segundo o site oficial da entidade, os seus principais objetivos da Sou Largo passam por promover e dinamizar atividades culturais, oferecer formação nas áreas das artes performativas e acolher criadores de várias áreas artísticas, com o intuito de enriquecer o tecido cultural artístico nacional e local. Como referido acima, uma das grandes características da Sou Largo é o foco na produção e na promoção de projetos que incluem membros provenientes da diversa comunidade que reside e pratica atividade laboral no eixo da avenida Almirante Reis.

Durante a realização do presente trabalho, surge, de vez em quando, uma certa indecisão sobre o facto de fazer sentido, ou não, relacionar o associativismo com o

universo da cooperativa Sou Largo. É ténue a fronteira entre os termos “associação” e “cooperativa”, e, como referido alguns capítulos acima, revelou-se difícil encontrar informação fidedigna que assinalasse quais as principais diferenças entre ambas. Após várias deliberações, chega-se à conclusão que faz sentido incluir a Sou Largo no panorama do associativismo, sendo esse um termo abrangente e, que de facto, também inclui cooperativas. Tendo em conta a informação acima referida acerca da cooperativa em si, esta não se insere no primeiro setor (Estado), nem exclusivamente no segundo (mercado), embora albergue também pequenos negócios locais associados à cooperativa. A atividade base e principal da Sou Largo, enquanto entidade dinamizadora e promotora sociocultural, inclui-se no terceiro setor. Para a realização de alguns projetos, pode ter parcerias com entidades estatais ou municipais, como a Câmara Municipal de Lisboa (CML), por exemplo. E, embora a Sou Largo seja também a entidade mãe dos pequenos negócios locais já mencionados (alojamento e café-estúdio), estes existem, principalmente, como ferramenta para que a própria cooperativa em si e as atividades e iniciativas que promove possam ser autossustentáveis. A Sou Largo inclui-se no terceiro setor, pois é uma iniciativa privada sem fins lucrativos que produz atividades e serviços de cariz público.

No que toca a meios de comunicação e divulgação, a Sou Largo tem presença assídua no seu *website*, nas suas páginas do Facebook referentes ao Largo Residências e ao Largo Café-Estúdio (<https://www.facebook.com/LARGOResidencias> e <https://www.facebook.com/LARGOcafestudio>, respetivamente) e na do Instagram (<https://www.instagram.com/largoresidencias/>). O *website* inclui informação referente a características da cooperativa: a descrição da entidade, os respetivos objetivos e projetos, a localização, imagens, contactos e agenda, na qual se pode consultar a programação. Além disso, o *website* contém também informação relativa ao café-estúdio (destacando as atividades iminentes) e ao Largo Residências (dando a conhecer os quartos do alojamento, respetivas fotografias e o preçário). As páginas do Facebook estão sob o nome do negócio de alojamento e de cafetaria, porém, são maioritariamente usadas para comunicar assuntos relativos às iniciativas da Sou Largo enquanto cooperativa cultural. Desse modo, existe uma partilha mais frequente e imediata acerca das atividades promovidas e produzidas pela entidade, com o objetivo de conseguir informar o seu público de forma mais eficaz.

No discurso oral e no terreno online, por vezes, é possível que os nomes Sou Largo, Largo Residências ou, simplesmente, Largo se fundam e sejam intercambiáveis,

devido ao historial e à inter-relação que existe entre as suas denominações prévias e respetivas abreviações. Assim, o mesmo pode acontecer na presente dissertação. Contudo, a entidade apresenta-se formalmente sob o nome Sou Largo.

A dinâmica de trabalho da equipa baseia-se numa mistura entre uma hierarquia vertical e horizontal. Isto significa que a atividade da Sou Largo é debatida em conjunto. No entanto, cada membro da equipa fica responsável por funções que correspondam à sua posição profissional na entidade, incluindo a diretora executiva e artística, que mantém também uma perspetiva geral sobre os projetos e o seu progresso. De um modo geral, o trabalho cultural elaborado pela Sou Largo é resultado de uma equipa cujas funções englobam direção executiva e artística, produção executiva, mediação e gestão de projetos, assistência de produção e coordenação de projetos, comunicação e manutenção.

O estágio curricular que a autora da presente dissertação realizou na Sou Largo, em 2019, durante o último ano da licenciatura em Estudos de Cultura e Comunicação, esteve direcionado ao núcleo de comunicação, inserindo-se no apoio à elaboração do plano de comunicação do festival multicultural *Next Stop* – a iniciativa que estava a ser produzida pela Sou Largo, na época. As funções desempenhadas incluíram elaboração de guiões de entrevista para os artistas, os participantes e as entidades parceiras do festival, apoio à documentação audiovisual e escrita do processo pré e pós-festival, criação de diários e publicações para as respetivas redes sociais, montagem dos vídeos promocionais, gravação e montagem dos vídeos semanais do projeto *U-MailArt Lisbon* e gravação das entrevistas aos artistas, participantes e parceiros do *Next Stop*.

CAPÍTULO IV

ESTUDO DE CASO BAIRO EM FESTA: O QUE É?

Bairro em Festa é uma iniciativa cultural copromovida pela Largo Residências, a Câmara Municipal de Lisboa, a EGEAC (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural) e a Junta de Freguesia de Arroios, em parceria com a Rede Local de Parceiros Socioculturais (site oficial do Bairro em Festa, 2021). O Bairro em Festa é apresentado em torno do eixo da avenida Almirante Reis. A cronologia da sua génese remonta ao ano de 2012. Em julho de 2012, surgiram as Festas de Julho, no Intendente, organizadas pela Câmara Municipal de Lisboa, com o objetivo de dar a conhecer à cidade a renovada zona do Largo Pina Manique. Em 2013, as Festas de Julho estenderam-se pela Mouraria, desvendando novas zonas requalificadas e a vida que continuou a correr dentro delas. Em 2014, através das Festas de Julho, surge finalmente o Bairro Intendente em Festa, a primeira edição do Bairro em Festa.

Sendo esse um ano de transição, a Câmara Municipal de Lisboa passa o testemunho da organização para instituições socioculturais locais, que formam assim o coletivo Bairro Intendente. Além da Sou Largo, no *website* não estão especificadas quais são essas outras instituições socioculturais locais. Contudo, este coletivo passa a ser coordenado pelo trabalho e pela mediação social da cooperativa Sou Largo. Em conjunto propõem “fomentar uma dinâmica de comunicação transversal regular, dando a conhecer o que cada um dos recantos deste território tem para oferecer.” (site Bairro em Festa, 2021). Assim, a metamorfose que transforma as Festas de Julho no festival Bairro Intendente em Festa está completa.

Em 2020, o Bairro Intendente em Festa muda de nome e de formato. Deixa de estar cingido ao Largo do Intendente e espalha-se por várias zonas da avenida Almirante Reis: Intendente, Arroios, Anjos e Pena. De acordo com essa alteração de território, o festival passa a apresentar-se sob o nome Bairro em Festa:

O nome Bairro em Festa traduz essa intenção de alargamento de uma rede cultural local que dá a conhecer os vários bairros – não só o Intendente – que gravitam em torno de um eixo central. Surge assim a figura da Avenida Almirante Reis enquanto coluna vertebral dos órgãos vitais desta zona da cidade: os

bairros do Intendente, Anjos, Pena e Arroios. (site Bairro em Festa, 2021)

Além de ter sempre sido e continuar a ser de entrada livre, no seu âmago e de um ponto de vista sociocultural, a identidade do festival admite que:

Tem como característica singular a sua programação por um coletivo de entidades, as quais estão intimamente ligadas ao processo de reabilitação da zona do Intendente – um lugar cada vez mais ocupado por todos – pretendendo aliar-se a qualidade artística a uma forte componente de envolvimento local. (site Bairro em Festa, 2021)

Desse modo, a programação do Bairro em Festa tem como um dos seus principais focos a multiculturalidade e a diversidade de pessoas e etnias que habitam, percorrem e caracterizam o eixo da avenida Almirante Reis:

O festival oferece uma programação que sublinha as características de um bairro multicultural, com vida de noite e de dia, cruzando gerações e tendências e tendo como missão uma convivência integrada e integradora, num bairro aberto, que acolhe o global sem perder de vista a sua essência local. (site Bairro em Festa, 2021)

Por norma, o cartaz do festival integra áreas artísticas e didáticas, desde música, dança, teatro, pintura, cinema, performance, debates, entre tudo o que inclua arte e cultura, espalhando-se por atividades durante o dia e durante a noite:

O cartaz noturno integra profissionais das artes do espetáculo – nacionais e internacionais – a par com projetos de criação que contam com a participação da comunidade local. Já o cartaz diurno se espalha um pouco por todo o Bairro Intendente e consiste num leque abrangente de atividades dirigidas a um público diversificado. (site Bairro em Festa, 2021)

Sendo uma iniciativa sucessora das Festas de Julho e um festival organizado, principalmente, com a comunidade local em mente, a entrada tem sempre sido gratuita. Contudo, embora haja um grande foco na população local, a organização frisa que é um espaço aberto aos mais diversos públicos provenientes dos mais variados lugares:

Sem pretensões e de coração livre, queremos chegar à porta do vizinho do lado, mas também a queremos deixar aberta a quem mora noutras partes da cidade, a quem está de passagem, a quem ouve outras canções ou fala outras línguas, e a todos aqueles que venham com vontade de participar na enorme e animada conversa coletiva que é o Bairro Intendente em Festa. (site Bairro em Festa, 2021)

CAPÍTULO IV

ESTUDO DE CASO BAIRRO EM FESTA: ADAPTAÇÃO À PANDEMIA

Nas edições de 2020 e 2021, tal como grande parte das iniciativas culturais pelo país e pelo mundo, o Bairro em Festa adaptou-se ao contexto pandémico. Embora, no ocidente, a pandemia se arraste já há quase três anos – 2020, 2021 e 2022 – e durante o ano de 2020 e 2021 o festival se tenha adaptado à dinâmica pandémica, este subcapítulo dá especial atenção ao ano de 2020, pelo facto de ter sido o ano de transição em vários aspetos. Foi em 2020 que o nome do festival mudou; o Bairro Intendente em Festa assumiu nova identidade e passou a denominar-se Bairro em Festa. Além disso, foi também em 2020 que o território e os locais do festival se alargaram, devido à adaptação do evento à conjuntura pandémica.

Embora a pandemia tenha dificultado a realização e o acesso a espetáculos e a atividades ao vivo, nas plataformas online, a organização do Bairro em Festa assegurou que iria dar continuidade ao evento e afirmou: “Adiámos porque sabíamos que era importante estar seguros. Não cancelámos porque sabíamos que era importante continuar.”. A adaptação incluiu algumas mudanças, como por exemplo a integração de novos recintos na programação, a criação de novos postos de trabalho e a adoção das novas regras de segurança e higienização promovidas pela Direção-Geral da Saúde, no contexto de saúde pública atual. O acesso ao Bairro em Festa continuou a ser de entrada livre, porém mediante reserva, de maneira a evitar aglomerações de pessoas:

Parar não era uma hipótese e transformar foi o caminho. No ano de 2020, durante 7 dias, de 17 a 23 de agosto, realizámos 70 eventos em 12 espaços diferentes. Abrimos e reinventamos espaços que não estavam abertos ao público, demos vida a locais abandonados e criámos trabalho: mais de 130 profissionais da Cultura (105 artistas e 27 produção). Levámos a Arte para próximo das pessoas ao criar redes de vizinhança e ao aproximar gerações: 70 participantes da comunidade, 47 voluntários e 50 entidades envolvidas. Vencemos o medo com a Cultura: o público ultrapassou as 2 mil pessoas.

Promovemos e cumprimos a segurança de todos: espaços adaptados às normas da DGS e 40 litros de consumo de álcool gel e desinfetante. Porque a comunidade fica doente sem Cultura, continuamos a viver coletivamente para prosseguir enquanto Humanidade. (Facebook Bairro em Festa, 2020)

É importante frisar o facto de o Bairro em Festa ter, entre outras coisas, também possibilitado a criação de mais postos de emprego durante a adaptação à pandemia. A Sou Largo, enquanto cooperativa com foco na comunidade local e em atividades socioculturais, conhece a importância da cultura e lidou de perto com o período instável que o setor ultrapassou durante a pandemia. Assim, enquanto entidade promotora de várias iniciativas socioculturais, e tendo em conta a precariedade e as dificuldades que se evidenciaram durante o período pandémico, a cooperativa decidiu manter o festival durante uma época complexa. Embora o setor da cultura estivesse a atravessar uma situação delicada e tenha sido um dos mais afetados, a adaptação do Bairro em Festa à pandemia revelou-se não só um ato de coragem e de compromisso, mas também de integridade perante a sua comunidade, o seu o público e os profissionais da cultura, possibilitando também a criação de trabalho. Não apenas isso, mas proporcionou também um lugar de fuga, de refúgio e de alento, ao ter prosseguido e ter continuado a apresentar à comunidade e ao público um evento de reflexão, de distração, de entretenimento e de animação durante uma época incerta e nefasta, acabando por evidenciar o espírito e a contribuição do associativismo no panorama social.

Inúmeros eventos culturais e festivais de verão pelo mundo fora foram cancelados ou adiados para os anos seguintes. Em Portugal, Rock in Rio Lisboa, Boom Festival, Festival Músicas do Mundo (Público, 2020), Sumol Summer Fest, Super Bock Super Rock e MEO Sudoeste (Diário de Notícias, 2020) são alguns dos grandes festivais de verão cuja edição de 2020 foi cancelada e adiada para 2021. Alguns deles foram ainda adiados duas vezes, não tendo acontecido em 2021 e com nova data marcada para 2022. Os eventos referidos são alguns exemplos de festivais em Portugal que, normalmente, apresentam inúmeros artistas internacionais nos seus cartazes e tendem a movimentar mais capital, sendo assim dos festivais de verão portugueses com maior publicidade e, conseqüentemente, mais conhecidos e com maior adesão. Parte do poder económico da maioria dos festivais mencionados advém de serem financiados por marcas relevantes e

consumidas no panorama nacional, nomeadamente a marca de refrigerantes Sumol (festival Sumol Summer Fest), a marca de cerveja Super Bock (festival Super Bock Super Rock) e a marca de telecomunicações MEO (festival MEO Sudoeste). Tendo em consideração a relevância e o poder capital dos festivais referidos e das suas respetivas fontes de financiamento, à partida julgar-se-ia que houvesse possibilidade financeira para adaptar os eventos às novas medidas de segurança decretadas durante a pandemia, disponibilizando álcool desinfetante e máscaras, criando novas zonas ao ar livre para manter o distanciamento, fortalecendo o plano de higienização dos bastidores, das casas de banho e de todos os locais partilhados pela produção do evento, pelos artistas e pelo público. As medidas referidas acabam por ser apenas suposições logísticas acerca de uma possível adaptação à pandemia, do que se poderia ter ou não feito num evento financiado por empresas com um poder capital significativo.

O objetivo da análise em questão não é arranjar alternativas hipotéticas para o modo como se procedeu, mas sim evidenciar as diferenças das motivações entre eventos semelhantes organizados por entidades pertencentes a diferentes setores; neste caso o exemplo dos festivais financiados por grandes empresas pertencentes ao segundo setor (o mercado), e o Bairro em Festa, uma iniciativa levada a cabo pelo associativismo de uma cooperativa do terceiro setor. Tomando como exemplo o tipo de festivais de verão acima referidos e o festival Bairro em Festa, o ponto que se pretende evidenciar é o contraste entre as respetivas possibilidades de adaptação por parte de ambos. Por um lado, temos os festivais com uma dimensão promocional e monetária avantajada, financiados por empresas com um poder capital mais abastado que, embora tivessem mais poder e capacidade financeira para adaptar a dinâmica dos festivais à pandemia, escolheram não o fazer, escolheram não adaptar o recinto nem o evento à conjuntura pandémica, acabando por o adiar durante tempo indefinido, esperando que no ano seguinte se proporcionassem as condições normais para proceder. Por outro lado, temos uma iniciativa cultural como o Bairro em Festa, um evento de entrada livre, organizado pelo trabalho associativista de uma cooperativa local, cujas capacidades monetárias não podem ser equiparadas à dos grandes festivais de verão referidos, e que mesmo assim decidiu avançar e adaptar as mais recentes edições à pandemia, dando continuidade ao trabalho que tem feito pela comunidade e pela região local, no eixo da avenida Almirante Reis.

Talvez se possa argumentar que uma das razões principais pelas quais os grandes festivais de verão decidiram não adaptar as suas edições recentes à pandemia foi pelo possível e muito provável prejuízo monetário que essa adaptação poderia causar, não só

à produção do próprio evento, como também aos artistas que, normalmente, estão associados a volumosos *cachets*. A partir deste exemplo, talvez seja seguro afirmar que cultura e a arte no segundo setor (mercado) continuam a estar, inevitavelmente, associadas ao capital e ao lucro monetário; o que acaba por ser compreensível tendo em conta que a cultura, de certo modo, também se pode transformar num negócio, pois os artistas e os profissionais da cultura também são trabalhadores com necessidade de remuneração, obviamente.

No entanto, a comparação acima referida pretende demonstrar que grandes fatias da cultura, quando associadas ao segundo setor, são, principalmente, caracterizadas como mercadoria, como algo a ser consumido exclusivamente para quem tem possibilidades monetárias para isso. Enquanto o acesso à cultura no terceiro setor – neste caso, no âmbito associativista do Bairro em Festa – acontece com objetivos diferentes, desassociados de preocupações exclusivamente lucrativas. O Bairro em Festa, sendo um festival de entrada livre feito a pensar na comunidade que o rodeia, não tem como foco o lucro monetário. Além disso, enquanto uma iniciativa cultural fruto do associativismo da cooperativa Sou Largo, o festival tem objetivos sociais marcados e contínuos, que se mantêm presentes com ou sem pandemia, como podemos confirmar pelo facto de a cooperativa ter decidido adaptar o festival ao contexto pandémico, em vez de o cancelar ou adiar para os anos seguintes. Esses objetivos passam pela acessibilidade e pela democratização da cultura, da arte, e pela dinamização sociocultural da região onde a Sou Largo está inserida, e mantiveram-se mesmo durante a pandemia, sendo possível a realização do festival com as devidas precauções e normas de segurança, mas sem a intenção de cessar ou suspender. O Bairro em Festa é um dos grandes exemplos dessa continuidade, dessa presença, do compromisso e do propósito no âmbito do associativismo.

A decisão de continuar e adaptar enfatiza a importância do associativismo ao demonstrar que, neste caso, é feito com intenção para as pessoas, para a comunidade, segue com um propósito que, até nos momentos mais adversos, consegue arranjar solução. Fazer com que aconteça é o importante, pois é um compromisso para com a própria comunidade e para com a cooperativa, dar continuidade aos projetos e às causas que as movem. No caso específico do Bairro em Festa, esse compromisso realiza-se através da cultura, pela qual se dá palco e voz a artistas, e se criam e apresentam projetos, presenteando o público e a comunidade com o acesso a exposições, sessões de cinema, espetáculos de dança, *workshops*, debates, instalações, concertos e outros meios de *performance*.

O associativismo da cooperativa Sou Largo – que se manifesta também através do festival Bairro em Festa – compromete-se a servir, a animar, a entreter e a criar atividades recreativas, didáticas e integradoras para a comunidade, enquanto dá a mão à cultura, auxiliando a arte e os seus diversos formatos. Essa vontade de continuar a criar e a organizar iniciativas para a comunidade, sem motivações monetárias, é, em si, louvável sempre, especialmente numa época tão complicada como uma pandemia mundial. Nesse âmbito, o Bairro em Festa também agiu e ajudou, ao criar mais postos de trabalho, como previamente referido. Em 2020, além da condição interseccional que costuma caracterizar o Bairro em Festa, tendo em conta o cruzamento de identidades da comunidade com e para quem produz, houve também uma preocupação acrescida com os profissionais do setor da cultura, numa época em que muitos viam o seu emprego ameaçado:

Este evento sempre deu particular atenção às pessoas em situações de vulnerabilidade, independentemente da origem dessa condição: discriminação racial, isolamento, racismo. Este ano, faz-nos sentido focar também nos que vivem e dependem de um dos setores mais afetados por esta crise: a Cultura. Foram os primeiros a parar e serão dos últimos a retomar uma vida plenamente normal. Também eles pertencem, noutro contexto e com outros contornos, a um grupo com pouca proteção social. É também a pensar em todos os artistas, técnicos, produtores e outros profissionais do espetáculo que não paramos. (site Bairro em Festa, 2020)

Juntando uma pandemia mundial ao panorama atual, parece que a importância do associativismo – no caso do Bairro em Festa, pelo menos – se multiplica, pois, quando o setor da cultura estava quase estagnado, a Sou Largo continuou com o festival e, assim, possibilitou a criação de arte, a produção de acontecimentos presenciais, e, especialmente, a criação de emprego, a integração social e a apresentação de cultura num momento em que eram presencialmente escassas.

CAPÍTULO IV

ESTUDO DE CASO BAIRRO EM FESTA: A CULTURA PERTENCE A TODOS

Existem vários fatores que contribuem para a importância sociocultural do festival Bairro em Festa, e a sua localização é um deles. Sendo um evento que decorre no eixo da avenida Almirante Reis, em Lisboa, considera-se relevante mencionar um pouco do historial e do contexto demográfico da zona em questão. O contexto histórico que se segue acerca da zona do Intendente é, maioritariamente, retirado da tese de mestrado em Gestão do Território e Urbanismo, Especialidade em Ordenamento do Território e Urbanismo, cujo título é *Regeneração Urbana e Securitização do Espaço Público: o caso do Largo do Intendente em Lisboa*, desenvolvida por Antoine Mandoux, pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade Lisboa.

A zona do Intendente escapou quase ilesa do terramoto de 1755, por isso acabou por não ser incluída no projeto de planificação urbana dirigido pelo Marquês de Pombal. Durante o século XIX, fábricas de cerâmica e de tijolos preencheram a zona, devido aos seus solos argilosos, fontes de água e terrenos disponíveis. Assim, foram aparecendo becos e ruas que facilitassem a passagem das pessoas e da matéria de trabalho, o que acabou por alterar a estrutura daquela zona urbana. Ao começar a industrializar-se, o Intendente foi perdendo a sua função enquanto albergue de pequenos negócios de produção artesanal. Nos finais do século XIX e no início do século XX, começaram a surgir eixos de comunicação que se focavam nas características da modernidade, atribuindo prioridade ao trânsito automóvel, calçadas, pavimento, iluminação pública e edifícios de lazer cultural como salas de teatro e cinema. Durante a época do Estado Novo, o planeamento urbano tomou uma via mais autoritária, chegando a despejar os habitantes que se refugiavam nas ruas próximas.

Assim, a área do Intendente começou a transformar-se numa zona moderna e urbana, com prédios disponíveis a preços mais acessíveis que no resto da cidade. Por essa altura, começavam também a chegar imigrantes do norte e do centro de Portugal, à procura de emprego na indústria da construção civil. Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, a zona do Intendente e a avenida Almirante Reis começaram a receber também imigrantes dos países de língua oficial portuguesa, de outras regiões do continente africano, da China, da Índia e de outros locais da Ásia, que se alojaram no eixo da avenida e abriram pequenos negócios locais, intensificando assim a sua presença nessa zona de Lisboa.

Na década de 80, o Intendente começa a ser conhecido, principalmente, pelo seu alojamento económico, estabelecimentos noturnos ou alimentares onde há diversão e onde se come por preços acessíveis. De certo modo, a conjuntura da época e essas características contribuíram para que o Intendente se tornasse uma zona propícia a atividades ilegais como o tráfico de droga, a circulação e o consumo de estupefacientes e a prostituição. Essas atividades acabaram também por fomentar a pobreza e a precariedade que se foram revelando como consequência. Assim, durante muitos anos, o eixo da avenida Almirante Reis era uma zona da cidade desvalorizada, pouco cuidada e menosprezada devido ao estigma que lhe estava associado, sendo o albergue de uma população considerada marginalizada e excluída. Entretanto, já no séc. XI, surge um plano de requalificação no bairro lisboeta Casal Ventoso, onde também era recorrente o mesmo tipo de atividades marginalizadas e ilegais. Esse movimento que habitava no Casal Ventoso mudou-se para o Intendente, onde continuou, devido a ser um espaço urbano e acessível no meio da cidade. Dessa maneira, esse aspeto do panorama da avenida Almirante Reis intensificou-se ainda mais. As tavernas, os pequenos negócios e os estabelecimentos noturnos como as discotecas deixaram de ter tanto público e começaram a fechar.

Em 2011, surge um plano de requalificação urbana no Intendente, e o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, na época, António Costa, transfere para lá o seu gabinete. Começam a ser criadas entidades e instituições com o objetivo de renovar e dinamizar a zona. Em 2012, ergue-se então a cooperativa Sou Largo, acompanhada de outras iniciativas que desbravaram caminho e foram pioneiras no estímulo e no incentivo de atividades inclusivas e socioculturais na região. Desde então, a zona do Intendente e o eixo da avenida Almirante Reis têm deixado de ser um território oculto, e passaram a ser alvo de vários investimentos monetários, especialmente no que toca a alojamento local. Tornou-se numa área urbana atrativa, com muitos visitantes, conterrâneos e turistas, e com novos negócios ao virar de cada esquina, o que acaba por impulsionar a gentrificação. Apesar de a gentrificação do Intendente estar também a abrir a porta a novos públicos diversificados e a alguma mudança, uma parte da população que circula e habita no eixo Almirante Reis vive ainda em condições precárias, como resultado do passado da região que, embora agora se manifeste de modo menos intenso do que antigamente, continua ainda a estar presente de alguma maneira.

Assim, a gratuidade do Bairro em Festa ganha ainda mais relevância. O acesso a espetáculos, concertos, galerias, exposições, à arte e à cultura, pode ser facilmente

condicionado por falta de acesso monetário. Viver numa situação precária implica uma gestão financeira pessoal que, por norma, dá prioridade a questões de sobrevivência, como a alimentação, a habitação e o pagamento de todos os serviços relacionados com isso, como eletricidade, água, gás, serviços de comunicação, entre outros. Mesmo quem vive numa situação de extrema precariedade, em situação de sem-abrigo, por exemplo, continua a ter a possibilidade de frequentar o Bairro em Festa. Desse modo, a acessibilidade do Bairro em Festa e o facto de ser um evento cultural com entrada gratuita e livre ajuda a colmatar o acesso desigual à cultura, pelo menos no eixo Almirante Reis, mas não só. Embora o Bairro em Festa ganhe vida no Intendente e na sua zona periférica, não é restrito apenas à sua população. É um evento aberto ao público geral, a quem souber, quiser e tiver vontade de comparecer. Além da sede da entidade organizadora (Sou Largo) se localizar no eixo da Avenida Almirante Reis, a localização do Bairro em Festa tem também em conta os fatores acima referidos (contextualização histórica e demográfica do Intendente), precisamente para que possa agir como ferramenta dinamizadora e de combate à desigualdade social na zona, pelo menos no âmbito da cultura.

O Bairro em Festa, sendo um festival no âmbito artístico e sociocultural, pode não ter possibilidade de agir em todos os campos da desigualdade social (financeiro, educacional, habitacional, etc), porém tem um papel ativo na acessibilidade a vários modos de cultura e, conseqüentemente, à arte. A entrada livre no Bairro em Festa é um dos fatores que desempenha um papel importante nessa acessibilidade. Embora o eixo Almirante Reis esteja em mudança e comece a abranger público e população diversificada, de vários estatutos sociais, não está completamente descaracterizado de um panorama precário a alguns níveis, fruto do seu passado histórico e social. Também devido a esse fator, a gratuidade do festival é importante para promover, dinamizar e democratizar o acesso às atividades culturais na zona, encorajando também o debate, a mudança e a atenção que é dada à região.

A arte não pode estar refém de quem tem meios para dela disfrutar. Embora a remuneração pela atividade cultural e pelo trabalho artístico tenha, obviamente, que ser incentivada e desenvolvida a vários níveis, a cultura não pertence às elites financeiramente favorecidas, nem pode estar sempre enjaulada em museus ou em casas de espetáculo, à espera de ser consumida por quem tem meios monetários para isso. É também importante que exista e se promova uma faceta pública e não elitista da cultura e da arte, não só enquanto entretenimento, mas enquanto direito. Além disso, o acesso à

cultura e ao modo como é criada e difundida através dos seus meios artísticos torna-se também importante enquanto meio de representatividade, inclusão e diversidade.

Como mencionado nos capítulos iniciais, nos quais se referiu o impacto da pandemia em vários setores, é notável o forte impacto negativo no setor da cultura. Por isso mesmo, torna-se ainda mais importante que a cultura continue a acontecer e que aconteça para todos, sem condicionamentos, principalmente monetários. Ironicamente, a cultura foi um dos setores mais afetados, pelo menos a contexto nacional. Porém, aquando dos confinamentos, quando ficar em casa era obrigatório e os dias se repetiam vezes sem conta, normalmente era também na cultura – através de livros, cinema, música, pintura – que as pessoas encontravam refúgio, como uma necessidade para se entreterem, se distraírem e para conseguirem lidar com o constante quotidiano que teimava em se arrastar por meses. Durante os dois anos que se passaram em conjuntura pandémica – 2020 e 2021 – o Bairro em Festa deu continuação a essa necessidade; à necessidade de continuar a consumir e a apresentar cultura, à necessidade de distração, de admiração e de reflexão, à necessidade de consumo de criação artística. Embora os dois anos anteriores tenham estado inseridos numa pandemia que parecia não ter fim, o Bairro em Festa aconteceu sempre, com as respetivas e as necessárias adaptações ao contexto de saúde pública atual.

CAPÍTULO IV

ESTUDO DE CASO BAIRRO EM FESTA: ENTREVISTA SOU LARGO

De modo a incluir uma perspectiva mais próxima do Bairro em Festa, Raquel Fernandes, membro da produção do festival e da Sou Largo, cedeu uma entrevista ao presente estudo de caso. Os próximos parágrafos apresentam a transcrição do áudio da entrevista realizada a 7 de fevereiro de 2022. As perguntas estão realçadas a negrito, e as respetivas respostas seguem logo abaixo, sem qualquer realce.

Pergunta: Uma das principais funções do Largo é a dinamização sociocultural do eixo da avenida Almirante Reis. Na prática, qual é o tipo de formato ou iniciativas que costumam funcionar melhor nesse contexto? E como costuma ser a adesão por parte do público?

Resposta: O nosso principal foco é a comunidade que nos rodeia. Portanto, os projetos que desenhamos ou que aceitamos nas residências artísticas têm de ter na sua base, sempre, alguma ligação com a nossa vizinhança. Pode ser uma vizinhança infantil, pode ser uma vizinhança mais idosa, pode ser qualquer uma das comunidades que nos rodeiam, que são muitas. Ou as preocupações da habitação; qualquer coisa que esteja presente no pensamento deste território. Como nos metemos em muitas aventuras e em muitos tipos de população e populações vulneráveis...é um leque grande de abrangência em relação à população. O que fazemos, normalmente, é uma pesquisa acerca de que organizações já estão no território e que vão ao encontro dessas comunidades, e juntamo-nos a eles. Muitas vezes, o trabalho que fazemos é, também, relacioná-las [as organizações]. Portanto, a adesão do público é sempre fantástica, porque as pessoas vêm ver os seus vizinhos. Por isso é que é tão importante muitos dos projetos acontecerem na praça, acontecerem na rua, porque não deixa de ser um espaço comum a nós todos.

P: E o público vem tanto do Intendente como de fora?

R: Sim, às vezes também...ou porque se sente a mesma necessidade noutros bairro. Vai-se criando também esta mistura e, nos últimos anos, temos notado que até a população turística também vem para este bairro um bocadinho à procura disto – desta vivência mais comunitária.

P: O Bairro em Festa não parou, não foi adiado para o ano seguinte nem cancelado. Quais foram os maiores desafios da produção do festival na adaptação à pandemia?

R: Aprendemos a fazer produção tudo outra vez, de uma forma diferente. Em 2020, pensámos realmente em cancelar o festival, porque achávamos que não havia possibilidade nem condições. Mas começámos a receber pedidos de ajuda de algumas organizações à nossa volta – porque a pandemia trouxe, para além do covid, muita solidão. As pessoas estavam desesperadas, o centro de dia estava fechado, teve vários casos de suicídio e ligou-nos muito aflito. E, por causa desta urgência, nós desenvolvemos um projeto que se chamou *Centro à Janela*. Também porque convivemos com o turismo, reparámos que muitos [condutores] dos *tuk-tuks* estavam sem trabalho, no desespero. Portanto, convidámos uma série de *tuk-tuks*, para vir connosco. E, com os artistas em residência, desenvolvemos um programa cultural, um mini festival dedicado ao centro de dia e fomos. Fizemos um mapa – porque os utentes do centro de dia moram mais ou menos aqui no território – e fomos à janela deles cantar um bocadinho ou fazer uma dança, qualquer coisa, e tentámos fazer-lhes um bocadinho de companhia. Queríamos muito poder fazer companhia e ajudar. Portanto, este foi o nosso primeiro mini festival em 2020, e, com eles, também nos despertou a necessidade de fazer qualquer coisa. Na altura falámos com os nossos parceiros do festival: a Câmara Municipal de Lisboa e a EGEAC. Percebemos que era impossível fazer o festival no Largo do Intendente, porque obrigaria a um plano de segurança que ia basicamente privatizar todo o [espaço público do] largo. Teria de se selar o largo e só deixar entrar as pessoas com as condições certas [normas de segurança como o certificado de vacinação, testes negativos, etc]. Tinha de estar tudo privatizado, tínhamos de fechar o largo. E, logo ao início, dissemos que essa estratégia não seria a estratégia que queríamos desenvolver, porque nós trabalhamos com a comunidade; não vamos tirar os bancos sociais e as esplanadas ao largo em prol do festival. Também estamos à procura de um espaço onde o Largo [cooperativa] possa estabilizar a sua sede, e vimos em conjunto com a câmara municipal um espaço que está devoluto e abandonado já há alguns anos, que é o quartel da GNR. O quartel da GNR oferecia, naquele momento, as condições certas para se poder realizar o festival. É um espaço bastante amplo, ao ar livre, e está condicionado por um portão. Portanto, conseguimos lá montar um palco. Foi a aventura de conseguir ligar os vários organismos estatais para que se conseguisse chegar a um consenso que o festival tinha de acontecer e que aquele quartel – que é aqui no cimo da rua, fica a cinco minutos do largo – seria o

local ideal e aconselhado para acontecer. Conseguimos realizar, não na janela temporal em que normalmente acontece – que é no final de junho e início de julho – mas realizámos em setembro o festival. Foi um enorme sucesso. Tivemos de criar novas funções, a produção tornou-se uma coisa diferente – havia pessoas que tinham a função de não deixar ninguém dançar em pé [risos]. Fomos muito ajudados por voluntários. O nosso pedido de voluntariado nesse ano foi estrondoso. Acho que toda a gente precisava de trabalhar e toda a gente queria fazer qualquer coisa, pelos outros, até. Com o festival sentimos que houve uma aproximação muito grande da comunidade. O festival correu super bem! Gastámos não sei quantos litros de álcool gel, distribuámos não sei quantas máscaras, mas conseguimos fazer os espetáculos. Digamos, também, que o paradigma alterou completamente. Passámos a ter 100% de ocupação de público, em todos os espetáculos, porque a lotação era muito reduzida. Mas, de facto, não houve nenhum espetáculo que não acontecesse totalmente lotado. Acho que fomos utilizados, em 2020, como o festival que demonstrou que conseguimos fazer cultura de forma segura. Nós cumprimos mesmo muito à risca, sentimos nas nossas mãos o peso de “se nós conseguimos fazer bem este festival, os outros vão acontecer também”. Foi uma série de ajustes. Em 2021, o ano passado, quando estávamos na quarta vaga [de aumento de casos covid], vimo-nos obrigados a “partir” o festival ao meio. Apenas uma parte do festival aconteceu nas datas esperadas. E, para a preparação do festival, decidimos criar uma parceria com os direitos sociais e tivemos várias pessoas em situação de sem-abrigo que integraram a nossa equipa e que nos ajudaram a construir peças fundamentais para o festival. É sempre uma adaptação, mas tem sido bem-sucedida. Correu bem, acho que a boa vontade e a interajuda também se tornaram umas grandes parceiras do festival.

P: Qual acredita ser a missão e o papel, não só do Largo, mas também do associativismo, no combate à desigualdade?

R: A forma como nós [Largo] tentamos combater a desigualdade é sempre através da cultura e da arte. Tentar sempre relacionar as pessoas, e as entidades também, para que percebam que muitas vezes trabalhamos sobre o mesmo objetivo. Às vezes, são desafios muito grandes, porque as entidades estão muito fechadas nelas e têm muito pouco esta abertura de horizontes, mas acho que isso é também o papel do Largo. Entre setores da Câmara [Municipal de Lisboa], com a vereação da cultura ou com a vereação dos direitos sociais, tentar promover a ideia de que a cultura também está presente na integração da

comunidade sem-abrigo, por exemplo – trazendo-os a trabalhar connosco e relacionando-os com mais pessoas. Ou mesmo a comunidade de mulheres vulneráveis que nos rodeiam, trazê-las sempre a conversas e a debates connosco para perceberem que – mesmo agora com os refugiados – as mulheres têm um papel diferente aqui em Portugal e que se pode lutar pelos direitos que aqui têm, e que aqui há uma série de organizações que as podem ajudar. Basicamente, eu acho que é este papel fundamental de também trazer à mesma mesa as várias entidades para que consigamos, juntos, chegar ao mesmo objetivo. A cultura é quase como a educação.

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO

O campo de investigação e as questões colocadas pela presente dissertação gravitam em torno da pandemia e da desigualdade, com especial atenção dada ao setor da cultura e com foco na importância do associativismo sociocultural, não apenas durante a pandemia, mas de um modo geral, em épocas de normalidade. O objetivo é, não só estabelecer uma relação entre a conjuntura pandémica e o agravamento da desigualdade social, como também tentar entender o papel do associativismo no combate à desigualdade. O estudo de caso realizado sobre o Bairro em Festa – uma iniciativa sociocultural da cooperativa Sou Largo – foi crucial para um melhor entendimento da temática em questão. Assim, foi possível chegar a algumas conclusões, sendo possível responder aos pontos e objetivos referidos na introdução.

Nem todas as pessoas foram afetadas pela pandemia de modo igual. O sociólogo Boaventura de Sousa Santos, no capítulo 3 da sua obra *A Cruel Pedagogia do Vírus* (2020), refere alguns grupos sociais que, a seu ver, foram particularmente impactados pela pandemia: as mulheres, os trabalhadores precários/autónomos/informais, os trabalhadores de rua/vendedores ambulantes, as pessoas em situação de sem-abrigo, as pessoas com problemas de saúde mental, a população residente nas periferias pobres das cidades, as pessoas inseridas em campos de internamento para refugiados/populações deslocadas/imigrantes indocumentados, as pessoas portadoras de deficiência, a população prisional e os idosos.

Como consequência do isolamento, a saúde mental tem também sido tema de conversa desde o início da pandemia. O estudo “Saúde Mental em Tempos de Pandemia” desenvolvido pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA) revela que, da amostra de pessoas que foi inquirida, no panorama português, houve um crescimento de casos de depressão, distúrbios de ansiedade e stress pós-traumático. Nesse âmbito, os grupos mais afetados pela pandemia foram os jovens, as mulheres, e, como seria de esperar, os profissionais de saúde.

Além dos impactos na saúde física e mental, no comportamento humano e na vida de diversos grupos sociais, existe também uma relação entre a pandemia de COVID-19 e a desigualdade social, no âmbito financeiro. Enquanto grande parte da população perdeu o seu emprego e viu uma diminuição dos seus rendimentos devido à inatividade comercial e laboral causada pelos períodos de confinamento, as fortunas dos dez bilionários mais

ricos do mundo aumentaram e, coletivamente, cresceram cerca de 540 biliões de dólares, revela um relatório realizado pela confederação Oxfam (p.10,11). Além disso, as pessoas que vivem em situações precárias necessitarão de uma década, ou mais, para conseguirem recuperar em termos financeiros (Oxfam, 2021, p.11). O mesmo relatório revela ainda que, o aumento que houve nas fortunas dos 10 bilionários mais ricos do mundo desde que a pandemia começou, seria mais do que suficiente para pagar a vacina contra a doença do novo coronavírus para toda a gente que habita no planeta Terra, e para prevenir situações de precariedade devido ao vírus (p.8). A perda extrema de uns traduziu-se no ganho exorbitante de outros. Tendo em consideração a informação referida, talvez se consiga entender melhor a posição do sociólogo Boaventura de Sousa Santos quanto à insustentabilidade do sistema capitalista na sua versão atual. O facto de uma enormíssima quantidade de capital ser controlada por uma minoria de pessoas pertencentes à classe milionária e bilionária, enquanto a maioria da população mundial tem um acesso bem mais restrito ou vive até no limiar da pobreza, soa contraproducente.

Como previamente mencionado, o presente trabalho não tem como objetivo inculcar nem fazer qualquer tipo de propaganda ideológica. Os assuntos e os argumentos referidos enquadram-se no tema da dissertação, tendo em conta que a desigualdade social é um dos tópicos de análise, e é impossível falar de desigualdade social sem referir o sistema económico vigente, porque é através das suas regras que se decide o modo como os recursos monetários estão distribuídos atualmente. Desse modo, embora não haja intenções ideológicas, o tema talvez seja indissociável da discussão política. Porém, a política é tudo porque abrange todas as áreas da vida em sociedade. Por isso, mesmo que o tema fosse outro, a vertente política, possivelmente, continuaria presente.

Através desta disparidade capital que condena inúmeras pessoas à pobreza e à precariedade – especialmente em épocas de urgência como uma pandemia – enquanto enriquece ainda mais quem já possui uma fortuna abastada, talvez se possa questionar qual é, realmente, o papel dos governos e do seu modo de funcionamento atual:

A política, que devia ser mediadora entre as ideologias e as necessidades e aspirações dos cidadãos, tem vindo a demitir-se dessa função. Se mantém algum resíduo de mediação, é com as necessidades e aspirações dos mercados, esse mega cidadão (...) que nunca ninguém viu nem tocou ou cheirou (...) que só tem direitos e

nenhum dever.” (Sousa Santos, 2020, capítulo 2, para. 1)

Em Portugal, como no resto do mundo, basicamente todos os setores laborais foram negativamente afetados. O setor da cultura encontrava-se, especialmente, numa situação delicada, tendo registado perdas que ultrapassaram os 70% (Observador, 2020). Essas perdas foram, em grande parte, resultado de uma paragem forçada dos espetáculos ao vivo, e estima-se que cerca de 27 mil espetáculos tenham sido suspensos, adiados ou cancelados, no curto espaço de tempo entre meados de março e o final de abril de 2020 (Observador, 2020). Foi também durante a pandemia que o debate em torno do estatuto de profissional da cultura – que visa uma maior proteção laboral para os trabalhadores do setor – ganhou mais força.

Talvez a conjuntura pandémica e as suas adversidades tenham servido de impulsionadoras. Não fazendo uma comparação entre setores laborais e empregos, mas sim abrindo espaço para a discussão em torno do setor cultural, pode concluir-se que, em contexto nacional português, o setor da cultura e os seus respetivos trabalhadores encontraram-se em circunstâncias que, muito facilmente, se traduzem em desigualdade, devido a estarem bem perto da instabilidade financeira e laboral causada pela pandemia, e conseqüentemente, da precariedade.

Investigar e entender a importância do associativismo – neste caso, sociocultural – é um dos principais pontos de foco do trabalho. Na secção “O Que É o Associativismo?”, refere-se que os movimentos associativos se manifestam nas mais diversas áreas (apoio social, cultura, desporto, ambiente, juventude, direitos humanos, etc). Embora defendam causas e modos de ação diferentes, no fundo, tudo isso se pode traduzir em ativismo. Tudo isso acaba, talvez, por ter motivações políticas e descontentamento face a tal. Os movimentos associativos que agem nas diversas áreas existem, porque os seus membros acreditam que é necessário mudar, melhorar ou inovar algo no seu campo de ação. Acreditam que ainda existe caminho a percorrer, no qual as iniciativas políticas vigentes talvez tenham falhado, ignorado ou não tenham ainda dado resposta. Essa é, talvez, a principal razão pela qual os membros se unem, se associam e colaboram em prol de uma causa comum. Portanto, o espaço que o associativismo ocupa na vida em sociedade e como instrumento de combate à desigualdade evidencia-se através do trabalho que realizam nas causas que os movem, no fundo, tomando ação e elaborando uma vertente prática do ativismo, na área a que se dedicam.

No âmbito inter-relacional ou até de desenvolvimento pessoal, o associativismo pode ser também um ótimo veículo para a integração social, para a união e para a agregação de diferentes pessoas provenientes de diferentes contextos sociais e culturais, com maneiras distintas de viver, mas cujos valores e ideais as aproximam. O sociólogo Luís Capucha, no artigo “Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social” (1990), afirma que o associativismo pode ser um modo de organizar a população, de a fazer rentabilizar os seus próprios recursos e capacidades (p.31), servindo como ferramenta para melhorar a vida da comunidade sobre a qual a instituição associativista atua. É apenas uma questão semântica, mas, em vez de se dizer que “o associativismo é um modo de organizar a população”, talvez faça mais sentido dizer que o associativismo é um modo de organização da população. “Organização” em vez de “organizar”. “Organizar a população” parece dar a entender que a associação acontece devido a uma força externa à população, que não há escolha e decisão da população nisso; quando, na verdade, é dentro da própria população que surge essa força e esse desejo, é da vontade da população que parte essa organização. O associativismo é um meio de organização da população.

Porém, também podem estar enraizadas algumas questões de poder e de desigualdade no seio do associativismo, tendo em conta que, quem decide associar-se ou criar uma entidade associativa, fá-lo porque provavelmente tem um mais fácil acesso aos recursos necessários para o fazer. Além disso, tem também talvez uma maior disponibilidade, um emprego e um tipo de vida que o permitem, tendo em consideração o esforço, o tempo, o empenho e a dedicação que gerir ou ser membro de uma associação implicam. No entanto, independentemente disso, dado que o associativismo pode atuar em diversas áreas – culturais, políticas, sociais, de lazer, etc – de diferentes modos – através de associações, cooperativas, fundações, etc – talvez se consiga concluir que, ao se basear na união e na cooperação de pessoas com objetivos em comum, consiga, de facto, ser um meio para atingir o progresso, como defendia Tocqueville. Existem várias maneiras de fazer associativismo, e isso pode revelar-se benéfico, tanto para os membros envolvidos, como para o público e para a comunidade que rodeiam a instituição. No seu âmago, o associativismo é um espaço de convergência, pois é no cruzamento das relações que constituem todo o sistema, que o associativismo popular no seio de uma população pobre, pode constituir um poderoso instrumento de desenvolvimento e combate à pobreza (Capucha, p.40).

Como investigação e exemplo prático é apresentado um estudo de caso do Bairro em Festa, cuja sede assenta na Avenida Almirante Reis, em Lisboa. Os objetivos da sua entidade mãe – Sou Largo – assentam na acessibilidade, na democratização e na dinamização sociocultural da zona onde está inserida, através de iniciativas e projetos concebidos com o bairro e com a comunidade em mente, como nos revelou Raquel Fernandes, membro da cooperativa e da equipa de produção do festival. Uma dessas iniciativas é o Bairro em Festa, uma espécie de festival da cultura e das artes, no qual são apresentados vários espetáculos e projetos artísticos e didáticos, que incluem teatro, música, dança, artes visuais, *performance*, cinema, debates, oficinas, encontros, exposições, entre outros.

O estudo de caso realizado acerca da Sou Largo e do Bairro em Festa demonstra que são exemplos da missão e do propósito que guia o associativismo, pois não desistiram de organizar o festival mesmo quando as adversidades pareciam sobrepor-se ao que poderia correr bem. Sendo o Bairro em Festa uma iniciativa de entrada gratuita, o lucro monetário não é a razão pela qual acontece. Como mencionado no capítulo IV, no subcapítulo “Estudo de Caso Bairro em Festa: Adaptação à Pandemia”, vários festivais de música financeiramente favorecidos, com margens de lucro absolutamente maiores e incomparáveis ao Bairro em Festa, adiaram e cancelaram as suas edições dos anos afetados pela pandemia. São também eventos com públicos e recintos incomparáveis, é certo. Porém, o Bairro em Festa decidiu adaptar-se à pandemia e continuar presente, abraçando o compromisso de servir a comunidade. O associativismo, fazendo parte do terceiro setor, é uma atividade sem fins lucrativos, como referido previamente. O associativismo não se move por lucro, mas por causas, por objetivos específicos, pela comunidade em que está inserido e pela qual se continua a empenhar, quase com um propósito humanitário.

Através da investigação realizada é possível responder às questões propostas por Wilbur Schramm, na metodologia de estudo de caso que apresenta no seu trabalho académico *Notes on Case Studies of Instructional Media Projects* (1971):

Porquê? Porque é que o Bairro em Festa existe?

Como foi planeado?

Como foi implementado?

Qual o seu resultado?

A dissertação pretende responder às questões colocadas. Através da pesquisa realizada e da entrevista a Raquel Fernandes, entende-se que a razão pela qual o Bairro em Festa

existe deve-se ao facto de a Sou Largo se focar no tecido sociocultural e criar iniciativas que têm em mente, principalmente, o bairro e a comunidade que a rodeia. A planificação do Bairro em Festa é feita através da sua entidade mãe – a cooperativa Sou Largo – com apoio das entidades com as quais colabora, nomeadamente a Câmara Municipal de Lisboa, a EGEAC e a Junta de Freguesia de Arroios, em parceria com a Rede Local de Parceiros Socioculturais. A implementação do festival ocupa vários espaços existentes no eixo da avenida Almirante Reis e é de entrada livre. Em época de normalidade, há a possibilidade de existirem mais apresentações em espaços interiores/fechados. Durante a conjuntura pandémica, a implementação do festival foi possível devido a vários fatores, incluindo a adoção estrita das normas de segurança, a contribuição de mais voluntários e a dispersão dos espetáculos por vários espaços novos, incluindo ao ar livre e pelo edifício do antigo quartel da GNR, situado na região, que se encontrava devoluto há algum tempo. Pela pesquisa realizada, o resultado foi positivo. Raquel Fernandes revela que o festival correu muito bem e que houve 100% de ocupação do público, com todos os espetáculos lotados, sendo possível manter todas as regras sanitárias obrigatórias.

Através do estudo de caso é também possível estabelecer uma relação entre a instituição Sou Largo e o seu festival Bairro em Festa, e a sua tentativa de combate à desigualdade. Havendo inúmeras entidades associativas pelo país e pelo mundo, não cabe ao presente trabalho investigar como cada uma delas responde à problemática da desigualdade, pois fazem-no de diferentes maneiras tendo em conta a área de ação específica de cada uma. Como referido anteriormente, o associativismo acontece através de vários campos de ação. O foco no objeto do estudo de caso – a iniciativa sociocultural Bairro em Festa – permite-nos refletir especificamente sobre a cooperativa Sou Largo. Através da investigação e da entrevista cedida pela instituição, foi possível analisar o trabalho da entidade, examinando o seu campo de ação, e tentar entender como podem também funcionar enquanto instrumento de combate à desigualdade. É necessário também referir que, sendo a Sou Largo uma cooperativa que age no domínio sociocultural, é óbvio que não tem a possibilidade de combater a desigualdade em todos os âmbitos (financeiro, habitacional, educacional, etc), mas isso não significa que não o consiga fazer através do seu próprio meio.

Existem três fatores que permitem ao Bairro em Festa agir como corretivo da desigualdade. O primeiro é a sua localização geográfica. No capítulo IV, na secção “Estudo de Caso Bairro em Festa: A Cultura Pertence a Todos”, é referido o contexto histórico e demográfico da Avenida Almirante Reis, mais especificamente, do Intendente.

Sendo uma zona da cidade onde a precariedade se continua a fazer notar mais do que noutras zonas de Lisboa, a localização estratégica do Bairro em Festa traz arte e animação pública a uma região que, historicamente, tem sido privada disso. Ainda nesse mesmo âmbito, o segundo fator é a gratuitidade do festival, que ajuda a democratizar o acesso à arte, servindo como corretivo do acesso desigual à cultura, porque normalmente a acessibilidade à cultura está refém de quem tem possibilidades financeiras para tal. O terceiro fator evidenciou-se mais durante a pandemia, pela integração social de pessoas em situação de sem-abrigo através de voluntariado e a criação de mais postos de trabalho durante a adaptação do festival à época pandémica, como revelou Raquel Fernandes. Estes três fatores demonstram que o meio através do qual a Sou Largo e o Bairro em Festa combatem a desigualdade é pela dinamização e democratização do acesso à cultura, através de práticas de integração social.

Raquel Fernandes cedeu também exemplos de outros projetos levados a cabo pela Sou Largo, nomeadamente a iniciativa Centro à Janela, que consistia em fazer companhia e animar idosos da vizinhança que se sentissem sós. Além disso, a Sou Largo incluiu também nesse projeto condutores de veículos turísticos *tuk-tuk*, que se encontravam em situações financeiramente instáveis devido à pandemia. A dedicação e a organização de iniciativas como a Centro à Janela e o Bairro em Festa espelham a ação sociocultural e a preocupação social da Sou Largo sobre o bem-estar da comunidade, tentando agir e melhorar o que está ao seu alcance.

Ao contrário do que se possa pensar, a cultura também pode trazer com ela o combate à desigualdade. No Bairro em Festa, esse combate pode ser feito duplamente: através do próprio acesso já referido a acontecimentos culturais, mas também através da exposição à mensagem, ao significado e às temáticas representadas em determinados objetos e apresentações artísticas. A arte pode levar-nos a questionar padrões, ideias, sistemas, a norma social, o *status quo*, dinâmicas de poder, entre outras problemáticas. Esse questionamento pode levar à autorreflexão e à introspeção dos nossos próprios comportamentos e dos mais diversos tipos de pessoas que nos rodeiam e com quem convivemos, munindo-nos de inúmeras perspetivas para observar o mundo, para viver nele, e, na melhor das hipóteses, para nos fazer sentir necessidade e vontade de mudar ou melhorar o que estiver ao nosso alcance. Consequentemente, fazendo surgir o espírito crítico e o questionamento do modo – por vezes, injusto – como o mundo e a sociedade funcionam, fomentando a vontade de mudança, uma eventual presença ativista ou política mais robusta e auxiliando o desenvolvimento social, pessoal e local. Não só é oferecido

espaço à cultura, como é também oferecido espaço a tudo o que ela representa e possibilita.

O papel da cultura é vasto, dinâmico e transversal em vários aspectos: em modos de expressão, técnica, performance, estética e, até mesmo, emocionais; embora a emoção acabe talvez por ser uma consequência ou uma motivação, e não um critério descritivo da cultura e de todas as suas representações artísticas. Seja a entreter, a despertar a atenção, admiração ou indignação acerca de algum assunto, ou ao exhibir alguma obra, peça, canção, livro ou qualquer outro tipo de apresentação, objeto ou criação artística em que nos revemos pessoalmente, a cultura desdobra-se em várias vertentes. Desse modo, acaba também por ser catalisadora de emoções – sejam elas quais forem. A cultura pode, também por isso, ajudar a fomentar uma possível mudança. A cultura tem o poder de destabilizar, de incomodar, de informar, de inconformar, de despertar o sentimento de revolta, de empatia, de pertença, de identidade. Se a cultura não tivesse um papel importante nem pudesse causar uma mudança significativa na vida de um povo e de uma sociedade, não seria alvo de censura em regimes ditatoriais. A cultura como consciência. A cultura é consciência (Craveiro, J., Pontes, V., 2021).

“Eu tenho, como convicção, que a cultura serve, precisamente, para alterar o paradigma. A cultura é fundadora. A cultura cria uma massa crítica, um povo pensante e exigente. E, portanto, movimentamos.” (Pedro Laires, 2015).

CAPÍTULO V

BIBLIOGRAFIA

- Amorim, J., Queiroz, J., Machado, D., Silva, C. (2020, abril 26). Relatos de profissionais de saúde isolados em hotéis para proteger a família. Disponível em: <https://www.jn.pt/nacional/relatos-de-profissionais-de-saude-isolados-em-hoteis-para-proteger-a-familia-12117730.html> [consultado a 17 de fevereiro de 2021]
- Andrade, A., Franco, R. (2007). *Economia do Conhecimento e Organizações Sem Fins Lucrativos*. Porto: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação
- Autor: não identificado. (2020, março 16). Festival Eu Fico Em Casa: uma centena de concertos para ver online, de Fausto a Boss AC. PÚBLICO: Ípsilon. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/03/16/culturaipsilon/noticia/festival-fico-casa-centena-concertos-online-fausto-boss-ac-1907990>
- Bairro em Festa (2020, dezembro 31). Facebook. Consultado em outubro 25, 2021: <https://www.facebook.com/watch/?v=161519028648587&ref=sharing>
- Bairro em Festa. (s.d.). Sobre.
Disponível em: <https://bairroemfesta.pt/sobre/>[Consultado entre setembro 2021 e março 2022]
- Berkhout, E., Galasso, N., Lawson, Max. & Rivero Morales, P., Taneja, A., Vázquez Pimentel, D. (2021) *The Inequality Virus: Bringing together a world torn apart by coronavirus through a fair, just and sustainable economy*. Reino Unido: Oxfam. DOI: 10.21201/2021.6409. Disponível em: <https://policy-practice.oxfam.org/resources/the-inequality-virus-bringing-together-a-world-torn-apart-by-coronavirus-throug-621149/>
- Bína, V., Chantepie, P., Deroin, V., Frank, G., Kommel, K., Kotýnek, J., Robin, P. (2012). ESSnet-CULTURE - European Statistical System Network on Culture - FINAL REPORT.

Disponível em: https://ec.europa.eu/assets/eac/culture/library/reports/ess-net-report_en.pdf

Butler, J. (2020, Março). *Capitalism Has Its Limits*. *Verso Books - Blog*. Disponível em: <https://www.versobooks.com/blogs/4603-capitalism-has-its-limits>

Campos, A. (2021, Janeiro 22). Covid19: mais de 10 600 profissionais de saúde estão infectados. Público.

Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/01/22/sociedade/noticia/covid19-10600-profissionais-saude-estao-infectados-1947565> [Consultado a 17 de fevereiro de 2021]

Capucha, L. (1990). *Associativismo e Modos de Vida num Bairro de Habitação Social*. *Sociologia Problemas e Práticas*. Nº 8, p.29-41. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1031>

Carmo, R., Tavares, I., Cândido, A. (2020). *Um Olhar Sociológico sobre a Crise Covid-19 em Livro*. Lisboa, Observatório das Desigualdades, CIES-ISCTE.

Disponível em: <https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2020/11/29/umolharsociologicosobreacovid19emlivro/>

Coelho, S. (2008). *Participação Social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção de Comércio Justo* (trabalho académico). Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/54835>

Comité Económico e Social Europeu (2006). *A Economia Social na União Europeia: Síntese do relatório elaborado a pedido do Comité Económico e Social Europeu pelo CIRIEC (Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa)*.

Disponível em <https://www.eesc.europa.eu/resources/docs/eesc-2007-11-pt.pdf>

ConsultaLEX – República Portuguesa. (2021). Decreto-Lei que aprova o Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura. Disponível em:

https://www.consultalex.gov.pt/ConsultaPublica_Detail.aspx?Consulta_Id=195

[Consultado a 1 de junho 2021]

Craveiro, J., Pontes, V. (2021). *Meio no Meio* [peça de teatro não impressa/publicada]

Crenshaw, K. (1989) "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics," University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8.
Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>

Direção Geral de Saúde – DGS. (2020). Mais de 2300 profissionais de saúde reforçaram SNS em tempo de pandemia. Disponível em: <https://covid19.min-saude.pt/mais-4300-profissionais-de-saude-reforcaram-sns-em-tempo-de-pandemia/> [consultado a 17 de fevereiro de 2021]

Direção Regional de Cultura do Centro - República Portuguesa (2021). Estatuto dos Profissionais da Cultura em Consulta Pública. Disponível em:
<https://www.culturacentro.gov.pt/pt/noticias-e-eventos/estatuto-dos-profissionais-da-cultura-em-consulta-publica/> [Consultado a 1 de junho 2021]

DN/Lusa (2020, maio 15). Festivais Sumol Summer Fest, Super Bock Super Rock e MEO Sudoeste adiados para 2021. Diário de Notícias. Disponível em:
<https://www.dn.pt/cultura/festivais-sumol-summer-fest-super-bock-super-rock-e-meo-sudoeste-adiados-para-2021-12202151.html>

Elbaum, R. (2021, Janeiro 25). World's richest become wealthier during Covid pandemic as inequality grows. NBC News. Disponível em:
<https://www.nbcnews.com/news/world/world-s-richest-become-wealthier-during-covid-pandemic-inequality-grows-n1255506>

Facebook (2021). Largo Residências. Disponível em:
<https://www.facebook.com/LARGOResidencias> [Consultado a 20 junho 2021]

- Faria, M. F. (2010). *Juventude, Associativismo e Participação: um estudo das associações juvenis do Distrito do Porto*. (Tese de mestrado). Universidade do Minho, Portugal. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/14301>
- Ferreira, P.M (2008). Associações e Democracia: Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 57, 109-130. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1203>
- Filipe, C. (2011, abril 6). Reabilitação da encosta do Casal Ventoso ficou-se por um quinto do projecto original. PÚBLICO. Disponível em: <https://www.publico.pt/2011/04/06/jornal/reabilitacao-da-encosta-do-casal-ventoso-ficouse-por-um-quinto-do-projecto-original-21775030>
- Fung, A. (2003), “Associations and democracy: between theories, hopes and realities”, *Annual Review of Sociology*, 29, pp. 515-539 Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30036978>
- Google Arts & Culture (2021) *Collections*. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/partner?hl=en>
- Harari, Y. (2020). Yuval Noah Harari: the world after coronavirus. *Financial Times*. Disponível em: <https://www.ft.com/content/19d90308-6858-11ea-a3c9-1fe6fedcca75>
- Houaiss, A., Villar, M. (2015). Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (1ª ed.) (Vols. I – II). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Instituto Nacional Doutor Ricardo Jorge - INSA. (2021). Estudo Saúde Mental em Tempos de Pandemia (SM COVID19): principais resultados. Disponível em: <http://www.insa.min-saude.pt/estudo-saude-mental-em-tempos-de-pandemia-sm-covid19-principais-resultados/> [consultado a 17 de fevereiro de 2021]
- Lamares, P. (2015, junho 9). A poesia não se serve em pratos de balança | Pedro Lamares | TEDxOPorto [ficheiro em vídeo]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d8Qj-e-9o2I>

Largo Residências. (2021). Bairro em Festa 2021.

Disponível em: <https://www.largoresidencias.com/agenda/bairro-em-festa-2021>

Largo Residências. (2021). Sou. Disponível em: <https://www.largoresidencias.com/projectos/sou>
[Consultado a 20 junho 2021]

Lopes, A. I. (2011). *Praticar a Cultura fortalecendo a comunidade: um estudo de caso entre o associativismo cultural e o índice de qualidade de vida*. (Trabalho de projeto de mestrado em Práticas Culturais para Municípios). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponível aqui: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/6993/2/Trabalho%20de%20Projecto.pdf>

Lowrey, A. (2017). Why The Phrase “Late Capitalism” is Suddenly Everywhere. *The Atlantic*. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/business/archive/2017/05/late-capitalism/524943/>

Lusa (2020, abril 22). Covid-19: Verão europeu sem os habituais festivais de música. Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/04/22/p3/noticia/covid19-verao-europeu-habituais-festivais-musica-1913333>

Lusa (2021, maio 4). Estatuto dos Profissionais da Cultura entra em consulta pública na quarta-feira. Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/05/04/culturaipilon/noticia/estatuto-profissionais-cultura-entra-consulta-publica-quartafeira-1961181> [Consultado a 1 de junho 2021]

Lusa (2021, fevereiro 5). Covid-19. Governo confirma transferência de 10 doentes para a Áustria. Expresso. Disponível em: <https://expresso.pt/coronavirus/2021-02-05-Covid-19.-Governo-confirma-transferencia-de-10-doentes-para-a-Austria> [consultado a 17 de fevereiro de 2021]

Lusa (2020, dezembro 20). Governo esclarece que processo de estatuto do trabalhador da Cultura decorre dentro do prazo. Visão. Disponível em:

<https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2020-12-20-governo-esclarece-que-processo-de-estatuto-do-trabalhador-da-cultura-decorre-dentro-do-prazo/>

Maia, A. (2021, janeiro 23). Doentes com covid-19 já ocupam mais de metade das camas de cuidados intensivos. Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/01/23/sociedade/noticia/metade-camas-cuidados-intensivos-pais-ocupada-doentes-covid-1947587> [Consultado a 17 de Fevereiro de 2021]

Mandel, E. (1975). *Late Capitalism*. Londres: Verso Books

Mandoux, A. (2019). Regeneração urbana e securitização do espaço público: o caso do Largo do Intendente em Lisboa (Dissertação de mestrado em Gestão do Território e Urbanismo, Especialidade em Ordenamento do Território e Urbanismo). Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, Portugal.
Disponível em: https://www.academia.edu/41683845/Regenera%C3%A7%C3%A3o_urbana_e_securitiza%C3%A7%C3%A3o_do_espa%C3%A7o_p%C3%BAblico_o_caso_do_Largo_do_Intendente_em_Lisboa

Normas APA (s.d.). [pdf]. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.ipleiria.pt/sdoc/wp-content/uploads/sites/10/2015/05/Referencias-APA.pdf>

Observador. (2020). Perdas na Cultura ultrapassam os 70% no ano da pandemia. Disponível em: <https://observador.pt/2020/12/18/2020-perdas-na-cultura-ultrapassam-os-70-no-ano-da-pandemia/> [consultado a 18 de fevereiro de 2021].

Oxfam. (2021). *The Inequality Virus*. Disponível em: <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621149/bp-the-inequality-virus-summ-250121-en.pdf>

Parlamento (2021). Constituição da República Portuguesa. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx> [Consultado a 20 de maio 2021]

- Pina, F. (2019). Expressões Artísticas como Meio de Comunicação. Trabalho Não-Publicado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- Preciado, P.B (2020). The Losers Conspiracy. *Artforum*. Disponível em: <https://www.artforum.com/slant/paul-b-preciado-on-life-after-covid-19-82586>
- Principe, A. (2016). *Associativismo Cultural e Criatividade: Inovação, Coesão Social e Mudança Sustentável – Estudo de caso: A Casa Bô* (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/87160>
- Quintão, C. (s.d.). Terceiro sector – elementos para referenciação teórica e conceptual: Acta dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia, sobre Sociedades Contemporâneas (Reflexividade e Acção) e Ateliers (Mercados, Emprego e Trabalho. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Quintão, L. (2002). Associativismo Juvenil – Vertente Contabilista e Fiscal. Relatório de Estágio do IPJ. Barcelos.
- Racius. (2021). Sou Largo Crl. Disponível em: <https://www.racius.com/sou-largo-crl/> [Consultado a 20 junho 2021]
- Revista Rua. (2021). *Goggle Arts & Culture Cria Visitas Virtuais Gratuitas a Museus por Todo o Mundo*. Disponível em: <https://www.revistarua.pt/google-arts-culture-cria-visitas-virtuais-gratuitas-a-museus-por-todo-o-mundo/>
- RTP Notícias. (2021). Médicos alemães e material clínico chegam quarta-feira a Portugal anuncia governo. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/pais/medicos-alemaes-e-material-clinico-chegam-quarta-feira-a-portugal-anuncia-governo_n1294242 [consultado a 17 de fevereiro de 2021]
- Salamon, L., Anheier, H. (1996) “Social Origins of Civil Society: Explaining the Nonprofit Sector Cross-Nationally.” *Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit*

Sector Project, no. 22. Baltimore: The Johns Hopkins Institute for Policy Studies.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/263242805_Social_Origins_of_Civil_Society_Explaining_the_Non-Profit_Sector_Cross-Nationally

Schramm, W. (1971), Notes on case studies of instructional media projects. (*working paper*).
Institute for Communication Research, Universidade de Stanford, EUA.

SIC Notícias. (2020). Impacto da Covid-19 na saúde: mais de 100 mil cirurgias foram adiadas.
Disponível em: <https://sicnoticias.pt/pais/2020-10-20-Impacto-da-Covid-19-na-saude-mais-de-100-mil-cirurgias-foram-adiadas> [consultado a 17 de fevereiro de 2021]

Sousa Santos, B. (2020). *A Cruel Pedagogia do Vírus* (1ªed). Coimbra: Edições Almedina.
Disponível via PDF através de: <https://pt.pt1lib.org/book/5464998/d35cc1> [sem paginação].

Steinmetz, K. (2020, fevereiro 20). She Coined the Term ‘Intersectionality’ Over 30 Years Ago. Here’s What It Means To Her Today. Time.
Disponível em: <https://time.com/5786710/kimberle-crenshaw-intersectionality/>

Tocqueville, A. (2004). *A Democracia na América: Sentimentos e Opiniões* (E. Brandão, Trad.).
São Paulo: Martins Fontes. (Obra originalmente publicada em 1835 sob o título *De la Démocratie en Amérique – Vol, II.*)

UNESCO (2020). *Culture in Crisis: Policy guide for a resilient creative sector*. Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374631>

Williams, R (1976) *Keywords: A Vocabulary of Culture and Society*. (new edition). Abingdon:
Routledge

Williams, R. (1961) *The Long Revolution: The Analysis of Culture*, Londres: Chatto & Windus

CAPÍTULO V

ANEXOS



“Ágora: Recriar a cidade” (Debate) | Bairro em Festa 2020

Local: Praça das Novas Nações (Lisboa)

Fotografia de Ivo Rodrigues (2020)

Fonte: Facebook Bairro em Festa



“Clarice Lispector” – Cláudia Gaiolas (Teatro/Performance)

Bairro em Festa 2020

Local: Escola EB1 N°1 (Lisboa)

Fotografia de Ivo Rodrigues (2020)

Fonte: Facebook Bairro em Festa



Concerto do músico Filipe Sambado (Música) | Bairro em Festa 2020

Local: Quartel da GNR, Largo Cabeço da Bola (Lisboa)

Fotografia de Ivo Rodrigues (2020)

Fonte: Facebook Bairro em Festa



“5 Minutos para te conhecer” de Lúcia Fernandes (Exposição colaborativa de desenho)

Bairro em Festa 2020

Local: Quartel da GNR, Largo Cabeço da Bola (Lisboa)

Fotografia de Ivo Rodrigues (2020)

Fonte: Facebook Bairro em Festa



“Envia um Sorriso” – Postais em Cianotipia com João Cardiga (Oficinas/Workshops)

Bairro em Festa 2020

Local: Mercado de Culturas (Lisboa)

Fotografia de Ivo Rodrigues (2020)

Fonte: Facebook Bairro em Festa



“Do Largo ou Do Tirar pelo Natural” de João Tuna (Instalação pública)

Bairro em Festa 2020

Local: Largo do Intendente (Lisboa)

Fotografia de Ivo Rodrigues (2020)

Fonte: Facebook Bairro em Festa